

# FACTO

ABIFINA

ANO II • NOV/DEZ • 2007 • Nº 10

Publicação da Associação Brasileira  
das Indústrias de Química Fina,  
Biotecnologia e suas Especialidades



*O Brasil real e o  
Brasil das estatísticas*



# A new place for growth in 2008

 **CPhI** south america  
where intelligence gathers

19 -21 Agosto, 2008

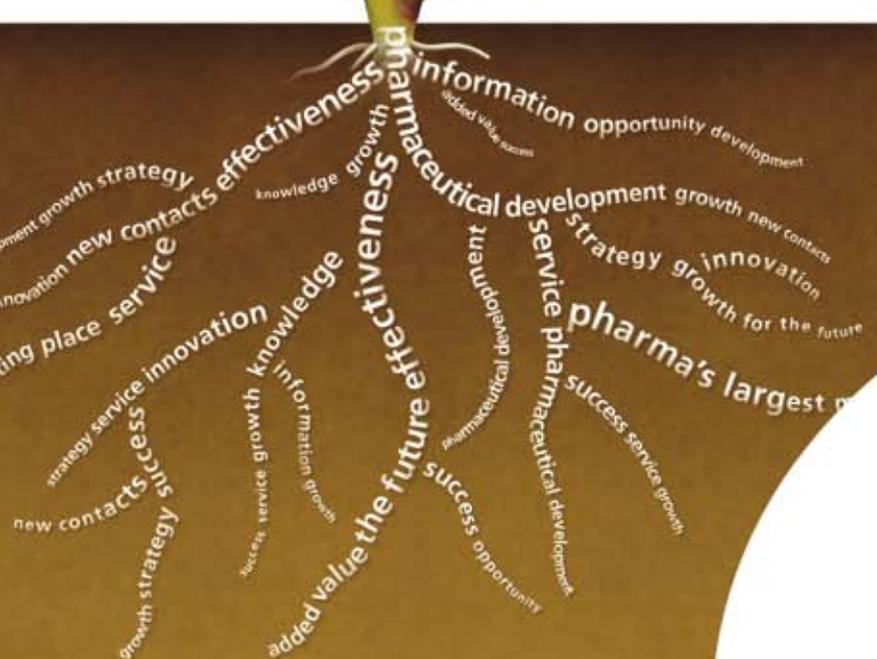
Rio Cidade Nova

Convention Center

Rio de Janeiro, Brasil

Where intelligence gathers

New business growth  
from superior  
networking opportunities



Organização



**CMP**

United Business Media

Para mais informações  
sobre como expor ou visitar:

Tel (55 11) 4689-1935

Fax (55 11) 4689-1926

e-mail: [cphi@cmpi.com.br](mailto:cphi@cmpi.com.br)

[www.cphi-sa.com.br](http://www.cphi-sa.com.br)

Apoio



Pharmaceutical  
Technology

# FACTO ABIFINA

## Corpo Dirigente

### Conselho Administrativo

Presidente: Luiz Cesar Auvray Guedes  
 1º Vice-Presidente: Nelson Brasil de Oliveira  
 Vice-Presidente de Estudos e Planejamento:  
 Marcos Henrique de Castro Oliveira  
 Vice-Presidente: Kurt Politzer  
 Vice-Presidente: Dante Alario Junior  
 Vice-Presidente: Carlos Alberto Studart  
 Vice-Presidente: Alberto Ramy Mansur  
 Diretor de Comércio Exterior: José Alberto de Senna  
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva  
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos:  
 Nicolau Pires Lages  
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos:  
 Humberto Amaral  
 Conselheiro Geral: Ogari de Castro Pacheco  
 Conselheiro Geral: Antônio Salustiano Machado  
 Conselheiro Geral: Lelio Augusto Maçaira  
 Conselheiro Geral: Fernando Cesar Barbosa

### Conselheiros Beneméritos

Dante Alario Junior (Biolab Sanus Farmacêutica Ltda)  
 Fernando de Castro Marques (União Química Farmacêutica Nacional S/A)  
 Isaac Plachta (IQT Indústrias Químicas Taubaté S/A)  
 Luiz Cesar Auvray Guedes (Milenia Agro Ciências S/A)  
 Pedro Wongtschowski (Oxiten S/A Indústria e Comércio)  
 Pietro Carlos Monaco (FCC Fábrica Carioca de Catalisadores S/A)  
 Virgílio Cesar Vicino (Agricur Defensivos Agrícolas Ltda)

### Conselho Consultivo

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira  
 Luiz Claudio Barone  
 José de Freitas Mascarenhas  
 Fernando de Castro Marques  
 Alcebiades de Mendonça Athayde  
 Jorge Alberto Vieira Studart  
 Fernando Adolpho Ribeiro Sandroni  
 Josimar Henrique da Silva  
 Fernando Steele Cruz  
 Manoel Zauberman

## Expediente

Coordenação Geral:  
 Claudia Craveiro • editoriafacto@abifina.org.br  
 Reportagens (Capa, Tendências e ABIFINA  
 Comentada): Inês Accioly  
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação  
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br  
 Jornalista responsável: Karla Mourão

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades  
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 • Centro  
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ  
 Novos números da Central Telefônica:  
 Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413  
 www.abifina.org.br

Em entrevista, Márcio Pochman mostra otimismo ao analisar a competitividade do Brasil no mercado global.



Marcos Lobo, presidente da Agripec, fala da importante expansão do agronegócio brasileiro.

desenvolvimen  
**PIB**  
 Coréia do Sul  
 economia

O exemplo da Coréia do Sul mostrando problemas na escolha do modelo brasileiro de desenvolvimento, no editorial.

EDITORIAL	04
TENDÊNCIAS	06
ENTREVISTA	12
MATÉRIA SETORIAL	15
ARTIGO ASSINADO	17
PAINEL DO ASSOCIADO	18
ABIFINA EM AÇÃO	22
SAIU NA IMPRENSA	27
ARTIGO ASSINADO	29

**FACTO** ABIFINA  
 ANO II • NOV/DEZ • 2007 • Nº 10  
 Publicação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

*O Brasil real e o Brasil das estatísticas*



Publicação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

# Desenvolvimento econômico duas épocas, dois estilos



Marcos Oliveira – vice-presidente da ABIFINA

Os resultados obtidos no processo de desenvolvimento científico e tecnológico da Coreia do Sul são frequentemente utilizados como termo de comparação com seus equivalentes brasileiros. Os indicadores mais usados, recentemente, têm sido o número de artigos publicados e o número de patentes obtidas por nacionais coreanos, indivíduos ou organizações. Entre 1980 e 2006 a produção brasileira em artigos científicos cresceu 7,6 vezes e nosso registro de patentes no escritório americano multiplicou-se por cinco. No mesmo período, os artigos científicos da Coreia cresceram 133 vezes e o registro de patentes no mesmo escritório multiplicou-se por um fator de 738. A comparação é acachapante e se torna mais surpreendente ainda se considerarmos que há meros 50 anos atrás a Coreia do Sul era um dos mais atrasados países do mundo, com uma economia agrária rudimentar, uma população com taxa de analfabetismo superior a 70%, praticamente sem recursos naturais dignos de registro e um PIB *per capita* de apenas US\$ 100,00.

Hoje, além de produção significativa de C&T, a Coreia é um país rico, com

um PIB *per capita* de US\$ 27 mil, uma produção industrial invejável, taxa de desemprego na ordem de 3%, inflação pouco acima de 2% e com o PIB crescendo em taxas próximas dos 5%.

A análise do desenvolvimento coreano costuma ser dividida em duas fases, a da industrialização, ocorrida do fim dos anos 50 até meados da década de 80, e a da economia do conhecimento que se estende do fim dos anos 80 até o presente. É importante comparar os desempenhos de Brasil e Coreia nestas duas fases e tentar tirar lições das políticas usadas pelos dois países.

Ao término da guerra que dividiu seu antigo território, em 1953, a Coreia do Sul, com o auxílio dos EUA, realizou um amplo programa de reforma agrária e de alfabetização. A taxa de analfabetismo que era de 78% caiu para menos de 20% cinco anos depois, e a produção agrícola garantiu emprego para quase todos e segurança alimentar. Em 1961, após um golpe de Estado, o país passou a viver sob a ditadura militar do general Park-Chung-Hee, regime que se estendeu até 1979. Hee iniciou um programa de desenvolvimento baseado em planos quinquenais, com forte liderança governamental. Os dois primeiros planos, cobrindo o decênio 1962-1971 foram dedicados ao desenvolvimento da produção industrial leve, fortemente intensiva em mão-de-obra, como tecelagem, calçados etc. O terceiro plano quinquenal, que vigorou de 1972 a 1976, foi montado já sob a influência do primeiro choque do petróleo. Tanto este quanto o plano que se seguiu, o de 1977 a 1981, foi dedicado ao desenvolvimento da indústria pesada: aço, construção naval, equipamentos de transporte e indústria química.

O sucesso do desenvolvimento coreano deveu-se a uma inteligente mistura de controle governamental e incentivo à atividade privada, dentro de parâmetros e objetivos rigidamente definidos

pelo planejamento central. Os capitais necessários aos investimentos provieram basicamente de poupança interna e de empréstimos internacionais cuja captação era orientada pelo governo que detinha o controle do sistema bancário e orientava os empréstimos. A participação de investimento direto estrangeiro (IDE) foi mínima: a entrada de IDE era rigidamente controlada pelo governo, havendo setores da economia em que eles eram totalmente proibidos. Além de dar suporte a empresas focadas em um único segmento de atuação, o governo coreano fomentou a criação de grandes conglomerados industriais (*Chaebols*) de atividade diversificada, cujo porte oferecia condições para a entrada em setores capital-intensivos. O foco do desenvolvimento era a exportação para conseguir os dólares necessários à importação de tecnologia, máquinas e equipamentos. A importação de bens de consumo supérfluos era fortemente desencorajada. Medidas protecionistas foram amplamente utilizadas para resguardar da competição externa as indústrias nascentes, durante o prazo necessário para sua maturação. O governo exerceu um permanente controle do câmbio mantendo a moeda nacional desvalorizada como forma de subsidiar as exportações e proteger a indústria local da concorrência externa. A proteção à propriedade intelectual era fraca, como convinha ao seu nível de desenvolvimento e a engenharia reversa e a compra de fábricas prontas no exterior eram os modelos mais adotados para absorver tecnologia. O governo participava ativamente da seleção das tecnologias que deveriam ser importadas.

A admiração mundial pelo sucesso coreano em áreas de maior sofisticação tecnológica é relativamente recente, mas as raízes deste sucesso estão plantadas firmemente no passado e não fogem ao modelo de estreita colaboração público-privada sob planejamento governamen-

tal que caracteriza todo o desenvolvimento coreano.

Já em 1967 a Coréia criava seu Ministério da Ciência e Tecnologia e colocava ênfase na preparação de mão-de-obra especializada. Paralelamente ao MCT coreano foram criados 15 institutos de pesquisa governamentais, posteriormente reagrupados em apenas nove. Estes institutos são responsáveis pela criação ou aperfeiçoamento de tecnologias e posterior repasse ao setor privado. Funcionaram a princípio apenas com recursos estatais, mas hoje boa parte de suas receitas provêm do setor privado.

O segundo choque do petróleo e a posterior crise financeira mundial de 1981 parecem ter sido catalisadores de mudanças no planejamento governamental coreano. A heterodoxia dos instrumentos básicos de política industrial – planejamento central, orientação para exportações, controle cambial, incentivos e subsídios etc., continuou a mesma, mas a partir do 5º plano quinquenal, de 1982 a 1987, o foco muda: a ferramenta básica passa a ser o conhecimento tecnológico e os objetivos são a microeletrônica e a indústria da informação.

Em 1988 entra em vigor o 6º Plano Quinquenal que adiciona novos materiais, biotecnologia e indústria aeronáutica às prioridades. A ênfase em ciência e tecnologia é marcante nas metas fixadas: elevar o número de cientistas e engenheiros de 10 para 30, por cada 10 mil habitantes, em 1991; aumentar os gastos em P&D para 3% do PIB em 1991 e para 5% do PIB em 2001.

Em 1995, ao final da Rodada Uruguay, o PIB *per capita* da Coréia atinge US\$ 10 mil, limiar do desenvolvimento. Em 1996, a Coréia entra para o clube dos países desenvolvidos, a Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica – OCDE de sua sigla em inglês, e começa, paulatinamente, a mudar seus objetivos estratégicos e forma de atuação. Suas empresas passam a ser orientadas não apenas a exportar, mas para investir também além fronteiras, com atuação multinacional. O foco do desenvolvimento volta-se decididamente para a alta tecnologia agora sob a orientação da Creative Research Initiative (CRI), lançada em 1997 e cujo mote

é “da imitação para a inovação”. O Projeto Han, de Highly Advanced National, é um projeto interministerial de desenvolvimento científico e tecnológico que almeja tornar a Coréia um gerador de novas e sofisticadas tecnologias, com um foco em produtos e outro em desenvolvimento de conhecimentos básicos. Em 2001, a biotecnologia se incorpora aos alvos estratégicos prioritários, ao lado da robótica, da nanotecnologia e do programa espacial e aeronáutico o qual prevê o lançamento de nada menos que 17 satélites até o ano de 2015.

***A Coréia adotou um modelo exportador enquanto o Brasil, embora sem descurar totalmente do mercado externo, baseou sua estratégia de crescimento em um modelo de substituição de importações.***

Ao longo de seu caminho para o desenvolvimento, a Coréia, assim como o Brasil, sofreu os impactos de todas as crises – de energia e financeiras – que abalaram o mundo, mas as mesmas não foram suficientes para esviá-la do caminho escolhido, o que nos leva a pensar que as maiores dificuldades ao desenvolvimento brasileiro se situam no plano interno. O forte sentimento nacional coreano foi sempre capaz de manter a nação voltada para seus interesses próprios, a despeito das críticas de terceiros, enquanto no Brasil, estamos eternamente preocupados com nossa imagem.

É possível vislumbrar algumas semelhanças entre os desenvolvimentos, brasileiro e coreano, sobretudo nas décadas de 60 e 70 quando ambos os países vivenciaram programas de desenvolvimento gestados e geridos sob a égide de seus respectivos governos. Aqui como lá

houve proteção a indústrias locais nascentes, incentivos e subsídios à produção local, algum controle sobre o câmbio, alguma preocupação com o fomento à C&T. Mas as analogias se esgotam por aí e, sobretudo a partir da década de 80, as diferenças são mais acentuadas que as semelhanças.

Na primeira fase de desenvolvimento uma primeira diferença digna de registro é a que a Coréia adotou um modelo exportador enquanto o Brasil, embora sem descurar totalmente do mercado externo, baseou sua estratégia de crescimento em um modelo de substituição de importações. Outra diferença essencial consiste no modelo de capitalização: a Coréia baseou-se em poupança interna e empréstimos enquanto o Brasil optou por atração de IDEs e empréstimos, relegando a poupança interna a um papel marginal. Como resultado desta opção, a Coréia saiu da primeira fase com uma indústria nacional controlada por coreanos – Hyundai, LG, Samsung, Daewoo – apta a entrar com objetivos próprios no jogo da globalização. No Brasil, ao contrário, a maior parte da indústria de ponta está sob o controle de capitais externos e o Brasil entra na era da globalização numa posição de dependência estratégica em relação a objetivos industriais traçados fora de suas fronteiras.

Na fase seguinte, a Coréia muda o foco, mas não sua orientação heterodoxa no manejo dos instrumentos econômicos, e aí a diferença para o comportamento brasileiro é abissal. Desde o início dos anos 90, o Brasil abandona o planejamento e sucumbe à cantilena neoliberal do estado mínimo, das privatizações, da liberdade cambial, do equilíbrio orçamentário e resvala para uma posição de desenvolvimento retrógrado em que os alicerces de sua economia estão lastreados em seus recursos naturais e em que suas vantagens comparativas para o comércio internacional repousam apenas em “commodities” agrícolas e minerais, os aviões da Embraer sendo apenas a exceção que confirma a regra.

Dos resultados auferidos pelas nações utilizando-se desses dois estilos, certamente leva-nos a concluir que o modelo brasileiro de desenvolvimento deva ser repensado.

# Erros e acertos da política industrial

**Por falta de uma estratégia clara de competição no mercado internacional, o Brasil tem perdido oportunidades e hoje depende da exportação de commodities. Mas para setores específicos como a indústria farmoquímica, há luz no fim do túnel.**

A industrialização tem um papel fundamental no desempenho econômico dos países emergentes, mas parece que o Brasil se esqueceu disso nas últimas décadas. A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior lançada no início do primeiro governo Lula, embora mal tenha saído do papel até hoje, representa uma tentativa de recuperar o terreno perdido. Mas será que estamos na direção certa? Para discutir esse tema em seus múltiplos desdobramentos, convidamos o coordenador de Pós-Graduação do Instituto de Economia da UFRJ, prof. Edson Peterli Guimarães, que analisa a política de comércio exterior brasileira; o assessor econômico da presidência da Abimaq, Mário Bernardini, que enfoca a política industrial no contexto macroeconômico; o diretor da Protec, Roberto Nicolsky, que aborda a inovação tecnológica como indutora do crescimento industrial; o presidente do INPI, Jorge Ávila, que discute os desafios do sistema de patentes para a industrialização dos países emergentes; e o Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães, que apresenta em detalhes a mais promissora novidade de 2007 no setor de química fina: o Complexo Industrial e Produtivo da Saúde.

## Ambigüidade na política de comércio exterior

A falta de uma opção estratégica clara para o comércio exterior, segundo o coordenador de pós-graduação do Instituto de Economia da UFRJ, Edson Peterli, é o

principal motivo da baixa competitividade brasileira no comércio internacional. Em sua opinião, o país deveria ter pautado suas decisões de política industrial ou pela obtenção de vantagens absolutas, o que implicaria investir na invenção e em monopólios por patentes, ou pelo exercício de vantagens comparativas, o que significaria apostar na redução dos custos de produção, por exemplo via capacitação de mão-de-obra técnica, e conseqüentemente na redução dos preços.

***“Para se ter uma política de comércio exterior bem sucedida é preciso deixar claro se as empresas nacionais vão competir com vantagens absolutas ou comparativas”  
Edson Peterli***

“O problema é que no Brasil essa escolha ficou a cargo da própria indústria – lamenta o professor – pois o governo não olha o mercado externo como uma variável estratégica de composição da política industrial. Para se ter uma política de comércio exterior bem sucedida é preciso deixar claro se as empresas nacionais vão competir com vantagens absolutas ou comparativas”. Como no Brasil essa sinalização é ambígua, segundo Peterli, as empresas tendem a uma postura defensiva e muitas

preferem o conforto do mercado doméstico à arriscada aventura exportadora. No que tange ao relacionamento com o governo, em sua opinião, a maioria se perde em reivindicações pontuais relacionadas a redução de custos em curto prazo. “O incentivo imediato só é bom se o empresário aproveitá-lo para construir diferenciais de longo prazo” – afirma.

Para Edson Peterli, qualquer opção firme por uma dessas duas estratégias é melhor do que oscilar entre as duas. “É possível crescer com vantagens comparativas, como fez o Japão por muito tempo e como faz a China hoje, embora esta já esteja apostando no conforto das vantagens absolutas. Já o Brasil não deixa clara a sua opção. Durante a abertura comercial, muitas empresas multinacionais vieram para cá e o governo passou a priorizar, no âmbito da educação, as escolas técnicas, porque a idéia era formar mão-de-obra adequada a uma estratégia de vantagem comparativa. Mas hoje já se vê um discurso diferente, pautado no incentivo à parceria entre universidade e empresa visando o desenvolvimento tecnológico”.

Para Peterli, este é um caminho válido, apesar de certas resistências no meio acadêmico. “Embora nas universidades exista uma corrente que acha que a produção científica não pode se voltar para o mercado, isto já acontece em vários países com sucesso. O pensamento científico tem que gerar desenvolvimento para o país. A Petrobras é um exemplo do sucesso dessas parcerias onde se produz tecnologia de ponta”. Por outro lado, o professor adverte que a construção de uma cultura de inovação exige investimento e comprometimen-

to estratégico. E, sobretudo, exige tempo: “Não é possível migrar de uma hora para outra da posição de vantagem comparativa para a de vantagem absoluta calcada no desenvolvimento tecnológico. O desafio do Brasil hoje é manter a posição atual e acrescentar a ótica da inovação, para ganharmos consistentemente no longo prazo” – afirma o professor.

Um modelo que tem atraído o interesse dos economistas é o dos clusters industriais ou Arranjos Produtivos Locais (APL), aos quais o governo brasileiro tem dedicado alguma atenção. Na opinião de Edson Peterli, porém, poucos deles contemplam mecanismos voltados para o mercado externo, como, por exemplo, a configuração de marcas de produtos ou certificações com reconhecimento internacional. De qualquer forma, segundo ele é muito importante a idéia de criar estratégias para pequenas e médias empresas, contemplando suas necessidades e ampliando seu potencial de crescimento. “Ninguém nasce grande. As estratégias, do ponto de vista de governo, não podem ser pensadas de forma igual para empresas de portes diferentes”.

O coordenador de pós-graduação do IE também não subestima o impacto do câmbio na competitividade das exportações brasileiras, embora compreenda a opção do governo. “Se até os anos 90 o câmbio era manipulado como uma variável de comércio exterior, hoje ele funciona como variável de ajustamento macroeconômico. O comércio exterior é bem menor que o fluxo financeiro dos capitais internacionais, logo o governo privilegia o câmbio nesse sentido”. Porém, alerta Peterli, esta situação pode se modificar em 2008 e os números da macroeconomia não serem tão promissores como hoje. “Aí reside o problema brasileiro. Nosso comércio exterior é baseado em commodities e, se houver uma redução de preço no mercado internacional, não teremos como mudar essa matriz em curto período de tempo, o que representa uma fragilidade”.

## **A ilusão do crescimento baseado em commodities**

Este último tópico abordado por Edson Peterli foi o foco principal da

abordagem do assessor econômico da presidência da Abimaq, Mário Bernardini, sobre a relação entre política de comércio exterior e política industrial. O excepcionalmente longo período de elevada demanda de commodities no mercado internacional criou, segundo ele, a ilusão de que a economia brasileira vai bem. “O país reverteu uma posição de vulnerabilidade externa para uma situação confortável, graças a superávits comerciais crescentes”, afirma.

“Mas o mérito de uma situação folgada nas contas externas não é do Brasil, infelizmente” – sublinha Bernardini. “Isso aconteceu. Foi um fenômeno, foi bom, mas estes fenômenos de valorização de commodities são exatamente isto: ciclos mais longos ou menos longos, mas se esgotam. E neste momento, se o país não fez o dever de casa de transformar as vantagens comparativas - que são devidas ao fato de termos sol, terra abundante, água, minérios - em vantagens competitivas, que são vantagens construídas; se não fizemos isso no ciclo de bonança, no próximo ciclo de depressão dos preços de commodities vamos sofrer as consequências.”

O mecanismo de sustentação desse precário conforto é perverso – a começar pela política de câmbio livre e juros altos. “Vivemos dos louros de um superávit muito forte da balança comercial, que deprimiu o câmbio” – enfatiza Bernardini, fazendo a ressalva de que a primeira fase de decréscimo do câmbio foi saudável, porque ele estava de fato supervalorizado e também por ter sido decorrência de um impulso nas exportações. Já a segunda fase da desvalorização do dólar, segundo

***“O País reverteu  
uma posição de  
vulnerabilidade externa  
para uma situação  
confortável, graças a  
superávits comerciais  
crescentes”***

***Mário Bernardini***

ele, ocorreu porque o mercado, aproveitando-se da promessa do Banco Central de congelamento da Selic por um ano e da isenção de impostos para investidores estrangeiros, teve “garantias por escrito de que aplicar em especulação no Brasil é um bom negócio”.

Assim, além dos US\$ 40 bilhões de superávit da balança, o país foi invadido por uma avalanche de recursos externos, com entradas de capital estrangeiro na Bolsa saltando de US\$ 37 bi em 2001 para US\$ 200 bi em 2007. Isso produziu dois efeitos, explica o assessor da Abimaq: “primeiro, como este volume é muito grande em relação à Bolsa brasileira, representando mais de 60 ou 70% dos recursos, houve uma forte tendência à alta da Bolsa. Segundo, o excesso de dólares no mercado, somado ao saldo positivo da balança comercial, deprecia ainda mais a moeda. O pessoal que conhece o jogo sabe que se entrarem recursos a Bolsa se valoriza e o real também, e por isso aplica na Bolsa e no real”.

Bernardini sugere que a participação de 30% no ingresso de capitais atribuída pelo governo ao investimento direto estrangeiro seja colocada entre aspas, “porque a maior parte do que figura nas estatísticas como investimento direto é na verdade compra de empresas. Ora, isto não é investimento, ou só é investimento para o Banco Central, que recebe dólares. Mas o país não recebe fábricas, elas só mudam de titularidade”. O assessor da Abimaq lembra que já fizemos essa experiência em 1995, 96 e 97 e sabemos o que nos custou: “o alto rendimento das ações e das aplicações desestimula o investimento produtivo”.

Os efeitos desse círculo vicioso estimulam o consumo de forma pouco sustentável. Segundo o assessor da Abimaq, o barateamento dos produtos importados, associado aos gastos assistencialistas do governo, como bolsa-família e outros, exerce um efeito equivalente ao de um aumento salarial. “Esse efeito e a queda da Selic tornam o financiamento do consumo altamente lucrativo para os bancos, superando a lucratividade dos títulos do Tesouro. Com acesso ao crédito, novas camadas da população entram no mercado de consumo. Porém, este mercado de crédito só é sustentável se tivermos uma

redução do seu custo e um aumento de renda derivado do aumento da produtividade e dos salários reais. Caso contrário, representa um comprometimento de renda futura que conduz à inadimplência”.

Em vez de aumento real de produtividade e salários, entretanto, o que se vê no Brasil hoje é um aumento quantitativo do emprego de baixa renda, que, segundo Bernardini, “no fundo é mais uma formalização de empregos pré-existentes do que a criação de empregos novos”. Esse quadro vem sendo escamoteado pela persistência do céu de brigadeiro no comércio internacional, mas na eventualidade de uma crise externa a situação brasileira pode se complicar. Para o assessor da Abimaq, é fácil prever as conseqüências: “em primeiro lugar, haverá uma forte redução da balança comercial. As importações já estão crescendo 30% ao ano contra 15% das exportações, o que por si só configura uma tendência nessa direção. Se considerarmos outros desdobramentos de uma crise externa, como a redução dos preços das commodities brasileiras e a inversão do fluxo de capitais, teremos, enfim, a tão desejada desvalorização do real. Mas aí poderá ser muito tarde”.

De acordo com Bernardini, cinco anos de juros altos, carga tributária crescente e câmbio desfavorável não chegaram a provocar uma desindustrialização geral no país, mas já se observa uma desindustrialização seletiva, mais acentuada nos setores conhecidos como “bens de salário” – indústrias de tecidos, calçados etc. “Primeiro se começa a importar bens intermediários e insumos para a produção. Depois, o mercado de consumo, que é mais lento e mais varejista, começa a importar bens de salário. E por fim passa a importar produtos acabados, porque o empresário conclui que não vale a pena produzir”.

Para o assessor da Abimaq, a justificativa do governo de que o dólar baixo permite a modernização da indústria, por baratear os bens de capital importados, é uma história mal contada. “Está em curso um processo de retração dos investimentos que não garante sequer a reposição do parque industrial existente. O Brasil só realiza investimentos de verdade em quatro setores - petróleo, papel e celulose, açúcar e álcool e siderurgia -, que respondem por

30% do crescimento de 4,7% do PIB este ano. Caso haja uma redução da liquidez internacional, da balança comercial e dos investimentos de capital estrangeiro, poderá ocorrer uma pressão sobre os preços e um conseqüente risco de inflação. Neste caso, o Banco Central teria um motivo real para aumentar os juros e o nosso ciclo de crescimento seria abortado”.

Ao contrário do professor Edson Peterli, Mário Bernardini está convicto de que incentivos e desoneração favorecem, sim, investimentos produtivos de longo prazo e conseqüentemente desenvolvimento industrial sustentável. Isto vale sobretudo para setores estratégicos como fármacos e química fina, bens de capital e indústria eletro-eletrônica. “Se compararmos países desenvolvidos e em desenvolvimento em termos de composição de PIB, veremos que o Brasil está fora do contexto. Países em desenvolvimento como China, Coréia e Índia têm a indústria participando com 40% do PIB, agricultura com algo entre 5% e 10% e serviços com o resto. Já nos países desenvolvidos, com renda per capita superior a 35 mil dólares, a agricultura fica com 2 a 3%, a indústria com 25 a 28% e os serviços com 75%. Isto é conseqüência do desenvolvimento. O certo é começar com uma forte base agrícola e industrial e, quando a indústria estiver tecnologicamente madura, passar a vender griffe – ou seja, serviços relacionados à propriedade intelectual”.

O Brasil tem na composição do seu PIB a agricultura com 5 a 6%, a indústria com 28% e o resto é computado como serviço, o que para Bernardini leva à seguinte interpretação: “temos um perfil de país desenvolvido com uma renda per capita de menos de 5 mil dólares, o que significa que nós abortamos o processo de crescimento da indústria no meio do caminho. Para termos uma renda per capita alta, nossa indústria deveria participar com 40% do PIB”. Na verdade, o serviço que

cresceu no Brasil é de mão-de-obra não qualificada, enquanto nos países desenvolvidos essa categoria é formada principalmente por software, tecnologia, engenharia, intermediação financeira e outros serviços que empregam recursos humanos altamente qualificados. “Lá fora, quem paga altos salários é o setor de serviços. No Brasil é a indústria, que cada vez mais perde espaço no PIB, gerando uma redução do rendimento médio no país, embora se registre um aumento de vagas”.

## Produção científica não gera inovação

O Brasil ocupa, atualmente, a 15ª posição no ranking internacional de artigos científicos publicados. Já no ranking de patentes estamos apenas no 28º lugar. O processo é justamente o inverso do que ocorre em outros países emergentes como China, Índia e Coréia, onde o crescimento em patentes está à frente do crescimento em papers científicos mas mantém com este último uma relação constante. Como são as patentes, e não os papers, que rendem receitas comerciais, e como em termos de crescimento do PIB nosso desempenho é dos piores entre os emergentes, cabe a pergunta: em que estamos errando?

O diretor da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec), Roberto Nicolsky, faz um diagnóstico preciso do problema: é que os emergentes asiáticos estão usando a seu favor o fenômeno conhecido como technology push, caracterizado pela fertilização da produção científica a partir do desenvolvimento tecnológico. Naqueles países o Estado incentiva prioritariamente a inovação gerada em chão de fábrica, e apenas canaliza seus efeitos para os circuitos de pesquisa científica. Para Nicolsky, que também é professor titular do Instituto de Física da UFRJ, esta é a forma mais coerente de

***“Se temos limitações para crescer pelo aumento da capacidade produtiva, resta buscarmos alternativas com firmeza e criatividade”***

***Roberto Nicolsky***

encadear ciência com tecnologia, e não o contrário, como pensa a grande maioria da comunidade acadêmica: “precisamos ter a coragem de reconhecer a precedência do desenvolvimento tecnológico em relação à produção científica, em termos de benefícios econômicos e sociais para o país”.

Por outro lado, incentivo é algo que não pode ficar só no discurso: tem que se traduzir em ações concretas. E nesse aspecto o Brasil deixa a desejar. “As políticas públicas não geram um ambiente estimulante à criação de inovações tecnológicas” – lastima Nicolovsky. “A Lei do Bem limita o incentivo fiscal apenas ao Imposto de Renda sobre o lucro real, beneficiando somente 6% do total das empresas, ou seja, as grandes; e a Lei de Inovação, embora prometa, em seu artigo 19, subvenção econômica para projetos de inovação com recursos da CIDE e de royalties sobre concessões, fica inoperante porque 90% desses recursos são sistematicamente contingenciados pelo governo”.

O diretor da Protec aposta numa estratégia focada em inovações incrementais, modestas, que imediatamente agreguem valor aos produtos brasileiros de exportação. “O PAC é um esforço positivo e válido para melhorar as condições de crescimento futuro, mas qualquer investimento em infra-estrutura realizado agora terá um efeito muito limitado no curto prazo, pois sua maturação leva cerca de quatro anos. Uma economia de industrialização tardia como a nossa só acelerará seu crescimento se a indústria de transformação e os serviços qualificados crescerem acima do PIB, ou seja, se liderarem o desenvolvimento” – afirma Nicolovsky.

Os setores industrial e de serviços qualificados são os que, na opinião do diretor da Protec, podem propiciar uma resposta rápida e sustentada de crescimento, desde que estimulados por políticas públicas que promovam a agregação contínua de valor pela incorporação de inovações tecnológicas incrementais. Isso pode ser conseguido sem os onerosos investimentos que inevitavelmente cercam a criação de produtos e processos radicalmente novos. Nicolovsky acredita que, se temos recursos escassos, a saída é otimizar os existentes, focando em caráter prioritário as inovações incrementais. “Se temos limitações para crescer pelo aumento da capacidade produtiva,

resta buscarmos alternativas com firmeza e criatividade. O foco do PAC deve ser re-direcionado para a agregação de valor à produção, para elevar o PIB sem aumento da demanda de energia nem sobrecarga da estrutura logística atual” - conclui.

## A polêmica harmonização de patentes

Para o presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Jorge Ávila, a discussão sobre o futuro da indústria nacional impõe certas escolhas relacionadas ao sistema de patentes. Uma delas seria a adesão ao controvertido processo conhecido como “harmonização internacional de patentes”, mediante o qual as grandes potências mundiais pretendem fazer prevalecer no mundo, em seu benefício, um extremo rigor no tratamento dos direitos propriedade intelectual.

*“Hoje a inovação é produzida de maneira cooperativa entre diferentes atores, e não mais entre as paredes do laboratório de uma só empresa ou universidade”*  
**Jorge Ávila**

Ávila discorda daqueles que defendem o boicote do tema da harmonização. Ele acredita que o Brasil, com seu estágio intermediário de desenvolvimento industrial, está em situação tão diferente de um país em estágio muito incipiente de industrialização quanto dos países avançados do hemisfério norte. E essa diferença, em sua opinião, deve nos motivar a participar do processo. “Em 2004, apresentamos à OMPI, junto a outros países em desenvolvimento, uma proposta com o objetivo de provocar uma reflexão mais profunda sobre as relações entre propriedade intelectual e desenvolvimento. O argumento é de que o sistema de propriedade intelectual deve ser calibrado em cada país de acordo com

seu estágio de desenvolvimento e suas necessidades, em vez de padronizar procedimentos de maneira excessivamente rígida e orientada exclusivamente para os interesses dos países mais desenvolvidos”.

Estas são as diretrizes da Agenda do Desenvolvimento. O diretor do INPI cultivava a esperança de que seja possível avançar nesse tema “de forma que todos saiam ganhando, que se crie um ambiente de negócios no mundo favorável à redução das desigualdades, à maior transferência de tecnologia e ao maior acesso dos cidadãos dos países em desenvolvimento aos avanços do conhecimento e da técnica”. Este cenário parece um tanto utópico, levando-se em conta o fracasso da Rodada de Doha, mas Ávila sustenta que a harmonização não deve ser traduzida necessariamente como uniformização e propõe que o Brasil permaneça ativo no front. “Apesar de ser uma discussão longa, os princípios gerais já foram aprovados em Assembléia Geral da ONU de setembro e resultaram numa série de recomendações. O caso brasileiro é particularmente complexo porque, na condição de país em estágio de desenvolvimento intermediário, temos que ponderar até onde o sistema de propriedade intelectual ainda representa um entrave ou impõe custos excessivos para a obtenção de tecnologia e onde ele de fato é necessário como uma ferramenta de promoção da inovação”.

Para Jorge Ávila, o sistema de propriedade intelectual deve ser um indutor da capacidade nacional de produzir inovação tecnológica com os recursos disponíveis no presente. Este é um detalhe importante, pois foi em decorrência de promessas para o futuro não concretizadas que a Rodada de Doha acabou naufragando. “O sistema deve ser um mecanismo viabilizador de investimentos no desenvolvimento de novos produtos e novos processos, de maneira que a gente possa participar mais ativamente dos mercados que são orientados para a inovação” – afirma o presidente do INPI.

Um aspecto da política de inovação que mobiliza particularmente a atenção do INPI é a adaptação do sistema brasileiro de propriedade intelectual ao paradigma da inovação aberta. “Hoje a inovação é produzida de maneira cooperativa entre diferentes atores, e não mais entre as pa-

redes do laboratório de uma só empresa ou universidade”, esclarece Ávila. “Cada ator observa o que o outro está fazendo e busca construir parcerias com aqueles que estão desenvolvendo projetos sinérgicos. Esta é uma realidade tanto nacional quanto internacional. Para tal cooperação ocorrer de maneira fluida, é preciso que todos os atores estejam seguros de que suas respectivas contribuições serão devidamente respeitadas e remuneradas”.

Apesar de a legislação já ter introduzido avanços nessa área, o diretor do INPI acredita que ainda vivemos um processo de aprendizado sobre como aplicar a lei e celebrar contratos que envolvam uma multiplicidade de atores do setor público, universidades, institutos de pesquisa e empresas privadas. “Sem regras claras não há como avançar nessas parcerias”. Ele reconhece que há dificuldades relacionadas, por exemplo, à compatibilização entre o conhecimento produzido em conjunto pela universidade, que seria um bem público, e pela empresa, que seria um ativo privado. “Se a questão da propriedade não for bem definida, não haverá segurança jurídica para que as empresas invistam no desenvolvimento do produto ou processo resultante da pesquisa até o ponto de levá-lo ao mercado”.

## PAC da Saúde renova o fôlego da indústria

No contexto do Programa de Aceleração do Crescimento, o ministro José Tempório obteve sinal verde da Presidência da República para um ousado e inovador programa de recuperação e desenvolvimento da indústria nacional ligada à saúde, criando o conceito de Complexo Industrial e Produtivo da Saúde como um modelo de política pública. Segundo o Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães, essa nova visão irá demandar uma mudança de cultura no Ministério e uma mudança de tratamento por parte dos órgãos de governo responsáveis pela política de tecnologia e inovação.

O PAC da Saúde instituiu um conjunto de medidas que, por um lado, atribuem à saúde o estatuto de política social e, por outro, estabelecem uma política industrial

## *“O Brasil precisa fortalecer a capacidade produtiva e tecnológica de sua indústria de saúde e o MS não deve ser o único ator dessa ação”*

**Reinaldo Guimarães**

setorial baseada na tecnologia, inovação, geração de empregos e de renda. “O Brasil precisa fortalecer a capacidade produtiva e tecnológica de sua indústria de saúde e o MS não deve ser o único ator dessa ação”, afirma Guimarães. “Este é um programa de ordem transversal, onde estão envolvidos os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ciência e Tecnologia. O MS deve ter um papel de coordenação estratégica, por ser o gestor federal da política de saúde, mas a articulação interministerial é fundamental”.

O MDIC e o MCT deverão tratar a indústria da saúde como fomentadores de uma atividade econômica. Já o MS deverá olhar não só as questões de mercado como também definir prioridades de produção e de acesso da população a medicamentos e outros produtos do complexo. “O fortalecimento da indústria de saúde será importante para diminuir as vulnerabilidades do Sistema Único de Saúde. Para conseguir isso estamos propondo utilizar de forma mais inteligente o poder de compra do Estado para orientar e regular o mercado, além de melhorar o sistema de regulação sanitária” – explica o Secretário.

O Ministério da Saúde deverá estabelecer quais são os produtos estratégicos para o SUS, uma vez que cada um deles tem importância específica. Todas as medidas tomadas para fortalecer a empresa nacional serão orientadas para esta cesta de medicamentos e de outros produtos do complexo, como equipamentos. Nesse processo, a mediação do BNDES e da Finep será de extrema importância no relacionamento do MS com o setor privado. “Embora o BNDES seja um banco de investimento, que tem por missão tratar o mercado e as empresas como entes de produção, unido ao MS ele terá condições de melhor compreender e assimilar o valor social da produção em saúde”, avalia Guimarães.

Trata-se de reverter perdas decorrentes de políticas desastrosas. Até os anos

80, lembra o Secretário, “o Brasil tinha uma cadeia produtiva instalada na área da saúde que, a partir da década de 90, teve vários de seus elos erodidos ou rompidos”. Com a indiscriminada abertura comercial do país, as importações cresceram vertiginosamente e provocaram a degradação e a desindustrialização em segmentos estratégicos da cadeia, como o farmacêutico. “Hoje, restam apenas sobreviventes heróicos nesta área que já teve um porte expressivo. O PAC da Saúde vem contemplar a necessidade de se recuperar esses elos. Está prevista, por exemplo, a criação de um regime de pré-qualificação de empresas e produtos para participação nas licitações do MS, evitando-se que produtos de baixa qualidade sejam vencedores. Outra medida diz respeito à incidência de tributos sobre produtos importados e nacionais. Atualmente, toma-se por base somente o produto final na comparação de preços para efeito de isonomia tributária, quando o correto seria levar em consideração toda a cadeia produtiva”.

No Profarma 2, programa do BNDES criado para substituir o Profarma compatibilizando suas diretrizes com as do PAC da Saúde, haverá uma modalidade de financiamento com participação total do Estado no risco, direcionada a projetos de empresas nacionais considerados inovadores e prioritários para o MS. Ela prevê que o BNDES faça aportes de recursos para financiar os projetos pré-selecionados e seja reembolsado somente se o produto chegar ao mercado. Reinaldo Guimarães observa que esta modalidade de financiamento provoca o acionamento de um outro mecanismo de apoio: a eferência nas compras governamentais, já prevista no decreto que autoriza e facilita as Parcerias Público-Privadas na aquisição de serviços de produção na área da saúde. “Esse conjunto de instrumentos garante a qualidade e fomenta a indústria nacional” – afirma. “Acredito que estamos vivendo um momento muito promissor”.

# Bio-Manguinhos

Trabalhando pela saúde da população



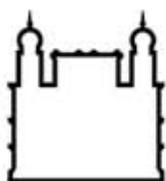
Vacinas



Biofármacos



Reativos



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Tecnologia  
em Imunobiológicos

**Bio-Manguinhos**

# A indústria como protagonista do desenvolvimento nacional



Márcio Pochman

***Nas últimas décadas, a indústria foi relegada a um segundo plano como fator de desenvolvimento econômico do país? Há um processo de “desindustrialização” em curso?***

Em termos de características macroeconômicas estruturais, por uma decisão autônoma, o Brasil na década de 30, optou por se inserir na economia mundial de forma diferenciada apoiada no desenvolvimento industrial e no crescimento do mercado interno de consumo. Foi a experiência de maior êxito dos países, digamos assim, periféricos, em termos de industrialização. Saímos da posição de 55ª economia do mundo para a 8ª posição no final da década de 70. Dos anos 80 para cá, tivemos uma outra realidade em curso, que não se compara com o ciclo industrial das décadas anteriores: é um período de baixa expansão e de perda de participação da indústria no Produto Interno Bruto e nas exportações. Nos anos 90, surgiram várias indicações de que a indústria não era mais importante. Era o momento da expansão

Márcio Pochman, presidente do Ipea, fundação pública federal vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, vê a indústria nacional como a nova protagonista da estratégia de desenvolvimento econômico do país. Mais que a opinião do acadêmico, trata-se do posicionamento do presidente de uma das instituições que influenciam diretamente a formulação de políticas públicas. As atividades de pesquisa do Ipea fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação dos programas de desenvolvimento brasileiros. Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas, Márcio vê com otimismo a retomada de investimentos da iniciativa privada e aposta na maturidade da indústria nacional e no apoio governamental para aumentar a competitividade do Brasil no mercado global.

da economia pós-industrial, de serviços e, portanto, a indústria não expandiria a ocupação e o emprego e estaria praticamente condenada a uma situação similar à experiência que se observou no setor agropecuário, que havia sido uma parte fundamental da produção e ocupação, mas depois se posicionara em uma dimensão bem menor. Neste sentido, nos anos 90, no meu modo de ver, o país abandonou de fato a produção industrial em termos de políticas públicas, se concentrando mais na especialização para produção de produtos primários exportadores. Isso é o retrato da nossa balança comercial hoje, que apresenta resultados positivos, mas que não é totalmente satisfatória, porque nós poderíamos ter garantido a evolução dos dois segmentos: o agropecuário e o industrial. Em verdade, nos especializamos em alguns segmentos do agronegócio. Esse caminho não se mostrou tão promissor ao longo do tempo, pois outras economias que fizeram uma inserção diferenciada, como Coréia, Irlanda, Índia, por exemplo, e outras que apostaram na

industrialização estão hoje em melhor situação do que o Brasil. A boa notícia é que o país mudou e o governo hoje tem um comprometimento maior em fazer da indústria o mais importante agente de crescimento econômico. O projeto de país mudou. Tanto é assim que nos anos 90 não existia política industrial, o pensamento era que o mercado faria por si os ajustes necessários. Hoje é possível concluir que isso não é verdade, porque nos anos 90 a abertura comercial até atraiu mais investimentos externos, mas isso significou a redução do setor produtivo estatal e do setor privado nacional. Na verdade, o que cresceu foi a participação das transnacionais. Isso é um fato: neste período mudou a composição do cenário industrial. O Brasil, no entanto, apesar dos percalços vividos nas últimas décadas, tem um setor industrial complexo e diversificado, uma base que poucos países do mundo possuem. O desafio é ser capaz de trabalhar com os setores de ponta, as grandes empresas, mas também conseguir incluir as pequenas e médias empresas. A de-

sindustrialização é relativa, porque outros países crescem mais rápido do que nós, mas não é uma desindustrialização em que se tenham perdido setores, os setores estão aí ainda em condições de serem ampliados e de se tornarem mais competitivos.

***Estamos às vésperas do lançamento de um novo pacote de política industrial? Na sua opinião, quais serão as prioridades da agenda de desenvolvimento?***

Sem dúvida. Há uma clara visão de que a política industrial é importante. Ela não vai substituir o mercado, as variáveis que são da natureza do capitalismo, mas é parte integrante de uma estratégia consistente de desenvolvimento, e existe em todos os países que têm uma visão de longo prazo. Temos um campo aberto pela frente, no que diz respeito desde a implantação de segmentos novos do ponto da indústria, o reforço às indústrias tradicionais e a valorização de uma série de cadeias produtivas estratégicas, fazendo a interligação do agronegócio com a manufatura. Entende-se que a indústria tem um papel fundamental no futuro do país. O Brasil é um país em construção. Nós temos ainda que complementar o setor industrial e avançar, eu diria, em duas direções: a primeira, ampliar o valor agregado do ponto de vista da indústria existente e do setor primário exportador, e a segunda é, simultaneamente, complementar o parque industrial com setores novos de ponta e de maior inovação tecnológica.

Em breve será apresentada uma nova política industrial que tem continuidade com a do início do governo do presidente Lula. Ao mesmo tempo, nossa preocupação é ter uma visão mais clara do futuro da indústria no Brasil e no mundo, exatamente para poder contribuir para este redesenho da inserção do Brasil na economia mundial. A atividade industrial no país é suficientemente madura para ganhar competitividade mundial. Precisamos unir a pesquisa, o sistema de formação e qualificação de mão-de-obra, de produção e difusão de tecnologia ao setor produtivo.

***Alguns aspectos preocupam na composição de cenários macroeconômicos***

***para 2008, como a previsão de que algumas variáveis que pressionam a inflação se apresentem, como taxa de juros mais baixas e um câmbio mais desvalorizado, além da diminuição da ociosidade dos produtores. Como se pretende controlar esta perspectiva de avanço inflacionário?***

Praticamente desde a década de 80 não temos um ciclo de expansão sustentado. Atualmente, praticamente há 15 trimestres a taxa de investimento cresce acima do Produto Interno Bruto. Este é um indicador importante para debater melhor a questão da inflação. Toda vez que a taxa de investimento cresce acima do PIB, o país tende a não ter problemas de inflação de demanda. Porque se a capacidade produtiva aumenta mais que o consumo, você está em condições de sustentabilidade do ponto de vista da formação de preço. O preocupante seria se nós estivéssemos ampliando o consumo sem o crescimento dos investimentos. Isso certamente redundaria em inflação. O que nós temos hoje é um evidente crescimento da demanda interna, mas com um crescimento dos investimentos em um ritmo maior. A indústria está reagindo rapidamente e correspondendo a este novo momento. Neste sentido, o próprio PAC tem um papel importantíssimo. O empresário tem dificuldades de tomar decisões de investimento privado toda vez que ele não vê garantias de que terá condições de infra-estrutura para a produção: energia, estradas, porto, etc. O PAC não determina o crescimento, mas ele se propõe a viabilizá-lo. Os investimentos de hoje demonstram senso de oportunidade do empresariado e maior

confiança nas estratégias de crescimento econômico propostas pelo governo.

É claro que a situação é muito mais complexa e implica considerarmos o papel do câmbio e dos juros, determinantes importantes na conjuntura macroeconômica. Evidentemente, que o câmbio nas condições que nós temos hoje tem efeitos positivos e efeitos negativos. Os efeitos positivos: o câmbio valorizado é agente antiinflação, estimula a importação de bens de capitais e, portanto, a modernização da indústria. Efeitos negativos: se o país começa a atender à demanda interna com produtos importados, certamente substitui a capacidade produtiva e isso significa desestímulo à geração de emprego, além disso, o câmbio valorizado dificulta as exportações. A resposta a isso é o que está sendo discutido no novo pacote de política industrial: redução de juros, desoneração de impostos, incentivo financeiro no fomento à inovação tecnológica, priorizando setores considerados estratégicos para o país.

Do ponto de vista da decisão do empresário, do capitalista, ele deve considerar os quatro macropreços: o câmbio é importante, os juros são importantes, os tributos são importantes, os preços de infra-estrutura são importantes. Então, é uma equação, que pode ter sinais negativos, compensados por outros positivos. Não pode ser uma visão centrada em um macropreço somente. Há um compromisso governamental em relação ao crescimento econômico. Esta é uma indicação importante do atual governo do presidente Lula em relação ao primeiro mandato: já foi apresentado um conjunto de medidas voltadas para sustentar este crescimento e está sendo

**O Brasil é um país em construção. Nós temos ainda que complementar o setor industrial e avançar, eu diria, em duas direções: a primeira, ampliar o valor agregado do ponto de vista da indústria existente e do setor primário exportador, e a segunda é, simultaneamente, complementar o parque industrial com setores novos de ponta e de maior inovação tecnológica.**

desenhado um planejamento de médio e longo prazos em que o papel da indústria é central.

***O enfoque em inovação visa à competitividade no mercado externo? O Brasil de fato fará a opção por competir com vantagens absolutas e não comparativas no mercado internacional?***

Sem dúvida. No entanto, é bom lembrar que a globalização não diferencia mais o mercado interno e externo. É claro que você tem especificidades e, principalmente, o Brasil que tem um grande mercado interno sempre esteve voltado para o potencial de demanda ainda não explorado; diferentemente do Chile, por exemplo, que tem um mercado interno pequeno e, por isso, sempre teve suas preocupações muito mais voltadas para o mercado exterior. A verdade, é que devemos e podemos considerar igualmente os dois contextos – até torná-los um só. O empresariado brasileiro está sendo desafiado a responder ao novo cenário global em que está inserido. A indústria está fazendo sua parte e o governo está

procurando se preparar para contribuir neste esforço empresarial.

O recente lançamento do Observatório da Inovação e Competitividade, ligado à Diretoria de Estudos Setoriais do Ipea, é uma medida que visa ao acompanhamento e orientação sobre o que está em curso no nosso país e em outros países no que diz respeito especialmente à inovação, que é um fator importante de competitividade e modernização do setor produtivo. As pesquisas desenvolvidas pelo Ipea sobre as estratégias competitivas das empresas brasileiras, com foco na inovação e na diferenciação de produtos, vêm permitindo o conhecimento de dados relevantes sobre os processos de inovações tecnológicas. É fato que empresas que inovam e diferenciam produtos representam numericamente 1,7% do setor industrial brasileiro, mas são responsáveis por 26% do faturamento industrial, obtendo preços superiores nas exportações e pagando salários 23% maiores em média que as empresas não-inovadoras. O Ipea e outras instituições têm se empenhado em acompanhar a situação atual dos investimentos em inovação na estrutura produtiva.

O Observatório é de vital importância para a continuidade dos estudos e diagnósticos seguindo a linha do Ipea no sentido de avaliar o impacto da inovação no desenvolvimento econômico do país. Nós estamos trabalhando na perspectiva da gestão pública do conhecimento. O Ipea tem uma capacidade enorme de produção de conhecimento e difusão, mas não está isolado. Ele precisa ter ações de cooperação com outras instituições de pesquisa no país, instituições estaduais e universidades. Este Observatório é um exemplo disso, pois é uma iniciativa que ocorre em parceria com o Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

A experiência mostra que também precisamos diminuir a distância que separa o sistema nacional de inovação do setor produtivo nacional. Há um esforço do governo, inclusive do ponto de vista da Capes, da Finep, do CNPq e de todas as instituições tradicionais do financiamento de pesquisa para a integração com o setor produtivo.

## Observatório da Inovação e Competitividade

O Observatório da Inovação e Competitividade tem por objetivo disseminar análises, diagnósticos, estatísticas, conceitos e informações sobre o estado da inovação produtiva no Brasil e no mundo, com vistas a estimular a adoção e o aprofundamento de processos de modernização e o aumento da competitividade das empresas.

A iniciativa é o resultado de uma ação articulada entre o Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

Entre as missões do Observatório estão a avaliação da implementação da política industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e o acompanhamento dos processos de inovação no Brasil, oferecendo informação qualificada para subsidiar a

formulação e execução de políticas públicas voltadas à capacidade do sistema produtivo e ao desenvolvimento do país, além de informações sobre incentivos e instrumentos de apoio à pesquisa e inovação disponíveis às empresas.

O Observatório fará o acompanhamento das tendências internacionais de inovação, permitindo a avaliação da realidade do Brasil em comparação com as melhores práticas inovadoras adotadas em países avançados e em desenvolvimento. O Observatório desenvolve o Programa de Estudos de Produção, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de pesquisar os processos de inovação no setor empresarial no Brasil e estabelecer as bases para a construção de um sistema de métricas de inovação, que possibilite às empresas avaliar sua capacidade de inovar, realizar comparações com as melhores práticas do mercado e definir metas de inovação e competitividade.



# A expansão do agronegócio e a indústria de defensivos agrícolas

Marcos Lobo  
Presidente da Agripec

O agronegócio brasileiro está vivenciando uma importante expansão neste ano em relação ao seu desempenho no ano anterior. Este cenário favorável foi construído por uma série de fatores-chave que tiveram performance positiva, alavancando assim todo o setor.

A indústria de defensivos é parte integrante da cadeia de produção agrícola e passou, assim como todos os outros participantes do setor, por um crescimento importante. Tal crescimento está previsto a atingir entre 25 a 30%, ou seja, passando de um mercado de 3.9 BiUSD no ano de 2006 para um faturamento em torno de 5.1 BiUSD em 2007.

A seguir veremos como vem se dando esta evolução e como a indústria de defensivos agrícolas está participando dela.

## O Ano de 2007 – Drivers

A safra de verão colhida em 2007 foi beneficiada por condições climáticas muito favoráveis e propiciou ao agricultor colheitas de alto rendimento. Este fator, aliado aos altos valores das commodities agrícolas, gerou ao setor um faturamento importante, dando fôlego para iniciar o saneamento dos prejuízos incorridos nos dois anos precedentes, o que fez capitalizar e encorajar o setor a investir mais nas safras seguintes.

Alguns números (\*) representam bem o perfil da área plantada para a safra de verão 2006/2007. Vejamos:

SOJA	2005/2006	2006/2007	%
Área plantada (mi ha)	22,2	20,7	-6,7%
Safra de grãos (mi ton)	53,4	58,4	9,4%
Produtividade média (ton/ha)	2,4	2,82	17,5%
Ganho do Produtor (US\$ bi)	8,70	9,00	3,5%

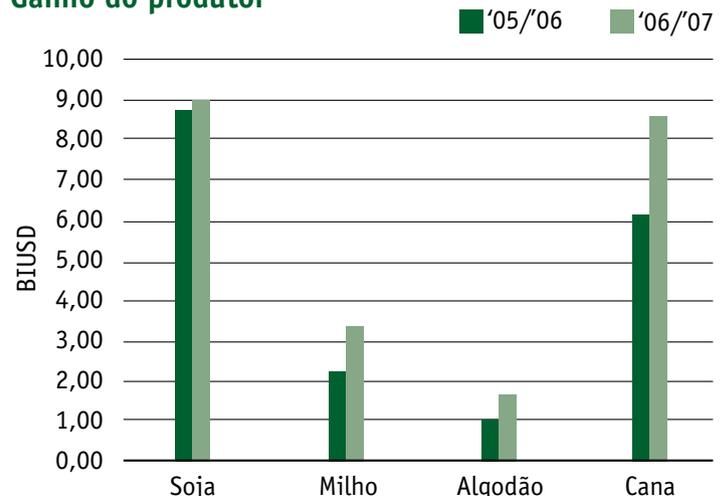
MILHO	2005/2006	2006/2007	%
Área plantada (mi ha)	12,9	14,1	9,3%
Safra de grãos (mi ton)	41,7	51,4	23,3%
Produtividade média (ton/ha)	3,22	3,66	13,7%
Ganho do Produtor (US\$ bi)	2,35	3,41	45%

CANA	2005/2006	2006/2007	%
Área plantada (mi ha)	6,3	6,7	6,4%
Safra de cana (mi ton)	473	514	8,7%
Produtividade média (ton/ha)	75	77,3	3,1%
Ganho do produtor (US\$ bi)	6,2	8,6	38,7%

ALGODÃO	2005/2006	2006/2007	%
Área plantada (mi ha)	0,86	1,1	27,9%
Safra de algodão (mi ton)	1,04	1,52	46,2%
Produtividade média (ton/ha)	1,21	1,38	14,1%
Ganho do produtor (US\$ bi)	1,08	1,65	52,8%

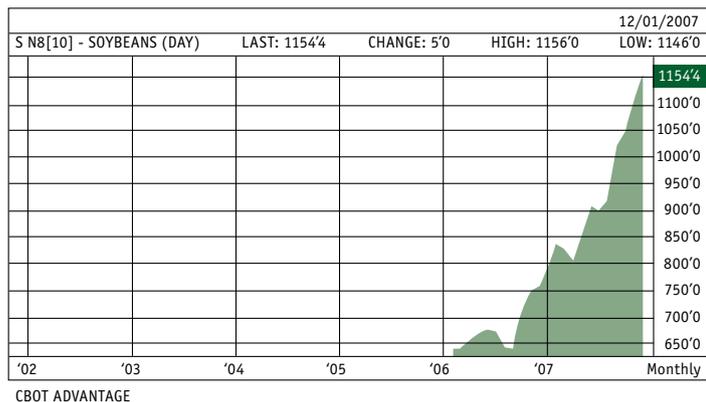
BRASIL	2005/2006	2006/2007	%
Total área plantada (mi ha)	47,2	46,2	-2,1%
Produção (mi ton)	120	131,7	9,7%
Produtividade (ton/ha)	2,54	2,85	12,2%

## Ganho do produtor

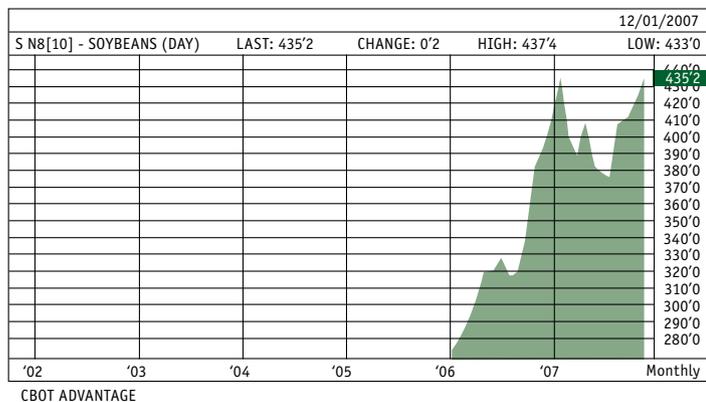


\*Fontes: Bacen, Conab, IBGE e Instituto FNP.

As commodities também impulsionaram a agricultura com preços recordes. A política norte-americana de incentivo à produção de álcool a partir de milho, gerou uma nova demanda por grãos, assim como provocou uma migração entre as áreas de soja e milho. Isto somado à crescente demanda mundial por grãos, trouxe (de forma sustentável) as commodities agrícolas a patamares de preços superiores.



Cotação da soja em Chicago



Cotação do milho em Chicago

## O Ano de 2007 – Supply

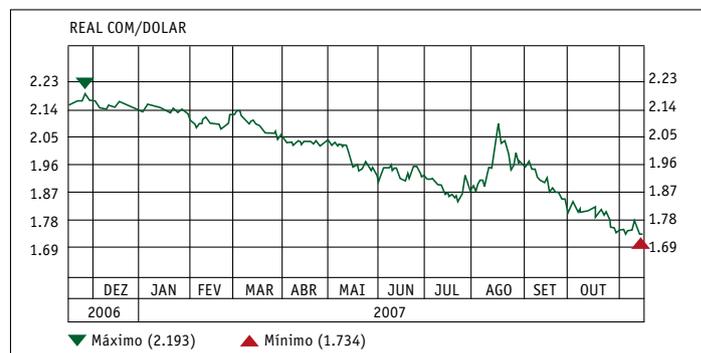
Se produtividade e preço das commodities foram fatores positivos e lideraram o setor ao crescimento agrícola, alguns fatores importantes da cadeia de produção foram limitados e provocaram uma alta compreensível nos custos de produção, causada naturalmente quando a curva de oferta e demanda se deslocam. A realidade é que o setor agrícola, ao crescer de forma expressiva, não poderia esperar que toda a cadeia de suprimentos ficasse inalterada e que isto não levasse à tendência de alta de preços – o que foi visto no setor de fertilizantes e de defensivos, com limitação importante ao fornecimento.

O setor de defensivos não apresentou um comportamento homogêneo nos preços dos produtos, mas sim tendências distintas de acordo com dois grandes grupos. O primeiro, é aquele em que se encontra o desequilíbrio de oferta e demanda, ou seja, o de oferta limitada de produtos de alto consumo, sobretudo os herbicidas. O segundo grupo é o dos produtos de oferta abun-

dante, que normalmente encontram-se supridos por diversas fontes, apresentando alta competitividade ou baixo consumo ou pertencem a nichos, ou de produção nacional verticalizada.

Em termos de fornecimento, a realidade é que a indústria tem um tempo de reação significativo para se ajustar às novas demandas do setor. Como o ano de 2007 está vivendo uma reação muito forte, em torno de 25 a 30%, a indústria vem passando por momentos em que o fluxo de fornecimento não acompanha a maior demanda.

Como resultado dessa nova dinâmica agrícola, a indústria de defensivos prepara-se para ajustar em 2008 os desvios de fornecimento ocorridos em 2007 e oferecer ao agricultor um cadenciamento mais adequado à nova dinâmica de mercado. Já em termos de faturamento, 2007 mostra uma recuperação excelente e chega a patamares inimagináveis há um ano. No entanto, de uma forma geral, essa retomada no faturamento não se reflete em igual proporção nas margens, que foram corroídas pelo aumento de custo dos insumos, uma competição mais acirrada de produto final, a qual se evidencia por novos entrantes, a acesso mais rápido a novos registros, e a um enfraquecimento importante do dólar americano, que se desvalorizou 16% nos últimos 12 meses.



## O Ano de 2007 – Balanço

Este vem sendo um ano de transição do setor, que passou por dois anos sofridos e que necessitará de tempo e condições adequadas para sua plena recuperação. Se analisarmos a agricultura por segmento, veremos leves diferenças de performance. As culturas de soja e milho, por exemplo, estão passando por uma evolução muito forte e capitalização importante, ambas tendo como base os mesmos fatores de propulsão. Já se analisarmos a cultura do algodão, este setor não viu em 2007 todo o benefício que poderia se privilegiar do aumento de valor da commodity tendo um efeito retardado, o qual se revelará no próximo ano. O segmento de cana-de-açúcar sofreu neste ano com a volatilidade nos preços para o etanol e o açúcar, apesar de ver uma expansão na área plantada devido à visão compartilhada de evolução do segmento.

Enfim, estou convencido de que em breve poderemos dizer que o ano de 2007 foi um bom ano para o agronegócio e que demos um passo importante para não somente recuperar as perdas do setor, mas para a evolução a um novo patamar.

# Importações: a saúde em perigo

Marcos Oliveira  
Vice-presidente da ABIFINA



Medicamentos são produtos que contêm substâncias químicas que, em diminutas quantidades, provocam reações importantes no organismo humano. Se a quantidade do ingrediente farmacêuticamente ativo for menor do que a indicada, o medicamento não provocará os resultados esperados, se for maior pode provocar efeitos indesejáveis. Pior, um medicamento pode conter impurezas resultantes de seu processo químico de produção ou do uso de uma matéria-prima de baixa qualidade. Por estas razões a indústria farmacêutica trabalha sob severas exigências no que diz respeito a seus padrões de qualidade.

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, desde a sua criação, vem realizando um excelente trabalho de monitoramento da qualidade da nossa produção de medicamentos, não só através da criação de um corpo de regulamentos sanitários de alto padrão, mas também com a fiscalização local das instalações de produção de nossas empresas farmacêuticas. Todo medicamento produzido no Brasil precisa de uma autorização prévia para ser comercializado, que só é concedida após terem sido cumpridas todas as exigências legais, que não são poucas, e depois que a Anvisa inspecionou e aprovou as instalações do produ-

tor. Para cada um de seus produtos, a indústria farmacêutica nacional tem que preparar um dossiê completo do processo de produção indicando inclusive a origem dos insumos que usará. Após a fabricação, os medicamentos colocados à venda são fiscalizados pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde – IN-CQS, uma garantia adicional da qualidade do produto que chega ao consumidor.

Todo este esforço, porém, não é suficiente para garantir a qualidade dos produtos disponíveis nas prateleiras das farmácias porque, hoje, quase metade dos medicamentos, suas matérias-primas e insumos diversos são importados e entram no Brasil sem fiscalização adequada. Com o sistema atual de importação, a Anvisa não tem a menor possibilidade de garantir a qualidade dos produtos que estão entrando no país.

Em 2007, segundo dados do sistema ALICE do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior – MDIC, estarão entrando no Brasil mais de US\$ 2 bilhões em medicamentos a granel ou em doses, e bem mais de que US\$ 500 milhões em matérias-primas. Toda esta imensa quantidade de produtos está alcançando o mercado brasileiro sob um precaríssimo sistema de controle sanitário.

O elevado preço dos produtos farmacêuticos é um atrativo para fraudes e contrafações de todo tipo o que se está tornando um problema mundial, em face da multiplicação de novos produtores por todos os continentes. Somente na China há mais de 8 mil fabricantes de produtos químicos que, por não se identificarem como produtores de medicamentos ou insumos farmacêuticos, não sofrem qualquer tipo especial de qualificação e fiscalização. No entanto, boa parte de seus produtos entra na cadeia de produção de medicamentos como matéria-prima.

Não é só a China, é claro, o mercado mundial está abarrotado de novos produ-

tores tentando comercializar produtos de boa ou má qualidade. Os produtos de boa qualidade são orientados para os mercados que têm sistemas adequados de fiscalização enquanto que os de má qualidade são direcionados aos países descuidados do controle de qualidade na importação.

Não faz muito tempo que um simples xarope contra tosse matou cerca de 100 crianças no Haiti porque estava usando etilenoglicol na sua composição. O mesmo aconteceu no Panamá onde pelo menos 138 pessoas morreram pela ingestão de um remédio falsificado contendo o mesmo produto químico. No Brasil, vários laboratórios farmacêuticos oficiais já se queixaram da baixa qualidade de inúmeras matérias-primas importadas e que chegam com especificações técnicas inteiramente divergentes das originalmente oferecidas.

A qualidade dos medicamentos e insumos farmacêuticos que circula pelos mercados mundiais já é parte da agenda de preocupações de agências internacionais e ONGs voltadas para as questões de saúde. A Organização Mundial da Saúde – OMS, em recente encontro internacional realizado em Buenos Aires, informou que estima que pelo menos 10% de todos os medicamentos comercializados internacionalmente sejam falsificados e esta cifra pode dobrar nos países mais pobres, com inadequada fiscalização sanitária.

Garantir a qualidade das importações de medicamentos e seus insumos pode não ser tarefa simples, mas é rigorosamente essencial. Os fabricantes estrangeiros de medicamentos e insumos farmacêuticos devem ser levados a atender aos mesmos padrões de qualidade que as empresas brasileiras do setor estão praticando, devem registrar previamente seus produtos e terem suas instalações fiscalizadas. O Ministério da Saúde e a Anvisa precisam agir rapidamente para evitar que a próxima tragédia causada por medicamento falsificado ocorra no Brasil.

Painel do associado

### Antibióticos do Brasil Ltda. é nova associada

A ABL – Antibióticos do Brasil Ltda. é a mais nova associada da ABIFINA. Criada em janeiro de 2003, quando a multinacional americana Eli Lilly do Brasil decidiu segmentar os seus negócios, a ABL foi incorporada, no mesmo ano, ao grupo italiano ACS Dobfar, uma das maiores empresas fabricantes e fornecedoras de matérias-primas para a fabricação de antibióticos.

Com uma equipe de 320 profissionais qualificados, a ABL se orgulha de manter e assegurar altíssimos padrões de qualidade e respeito ao consumidor. É uma das principais empresas no Brasil com *know-how* e qualidade assegurada para exportar antibióticos para mercados altamente exigentes.

Sua fábrica localizada em Cosmópolis e escritórios de vendas em São Paulo e Rio de Janeiro têm seu foco na produção e comercialização de antibióticos cefalosporânicos injetáveis e orais para o mercado local e de exportação.

### Eurofarma no caminho da inovação

A Eurofarma busca em PD&I novas oportunidades de crescimento e definiu como meta até 2015 o lançamento de produtos a partir de pesquisa própria. A idéia não é abandonar a produção de genéricos, mas sim ampliar o *portfólio* também com produtos inovadores. A empresa fechou parcerias com instituições como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

Do novo Complexo Industrial, situado no município de Itapevi (SP), a Eurofarma pretende ampliar a exportação de medicamentos para a América Latina e Europa, ingressando via Portugal, aonde já atua com operação própria, fruto de uma *joint venture* com uma empresa local, a Edol.

### Eurofarma solicita patente de novo medicamento

A Eurofarma depositou pedido de patente, no Instituto Nacional da Propriedade Industrial, de um novo medicamento com propriedade analgésica e antiinflamatória. Trata-se de um fitoterápico, desenvolvido pelos pesquisadores do mestrado em Ciências Farmacêuticas e do curso de Farmácia da Univali. O objetivo é que o produto tenha eficácia igual ou superior aos medicamentos já disponíveis no mercado, mas que ofereça menos efeitos colaterais.

### Anticoncepcionais orais genéricos

A Eurofarma Laboratórios lança os primeiros contraceptivos orais genéricos do mercado brasileiro. Trata-se da combinação desogestrel + etinilestradiol em duas dosagens.

A economia anual com a troca do anticoncepcional de marca pela versão genérica pode chegar a mais de R\$ 188. As consumidoras que utilizarem o genérico do Mercilon® com 21 comprimidos, por exemplo, pagarão no máximo R\$ 18,36 por caixa, ou seja, R\$ 9,98 a menos que o preço máximo ao consumidor do medicamento de referência.

### Duotrat mais eficaz contra dermatite

A Medley lançou o Duotrat, um medicamento eficaz no tratamento de dermatites com infecções secundárias. Ele chega ao mercado com preço 35% inferior em comparação aos que já existem.

Duotrat é feito à base de dipropionato de betametasona e sulfato de gentamicina. Essa combinação possibilita alívio da pele em poucos minutos e a cura da dermatite em menos tempo que os tratamentos convencionais.

## Vivanza está entre os dez mais vendidos

O Vivanza, da Medley, apresentou o maior crescimento nos últimos 12 meses no mercado de disfunção erétil.

Em comprimidos atingiu 953 mil, uma alta de 82,4%, no acumulado do ano até agosto, e em valor chegou aos R\$ 23,8 milhões, um crescimento de 83,6%, segundo o índice PMB (Pharmaceutical Market Brazil).

## Medley lança medicamento inédito para TPM

A Medley lança o Dieloft TPM, um medicamento direcionado exclusivamente para o tratamento da tensão pré-menstrual. Apresentado em um blister parecido com os de contraceptivos, o uso do medicamento é facilmente controlado pela mulher.

A unidade contém 14 comprimidos para serem tomados 14 dias após o primeiro dia da menstruação. Segundo a Medley, o medicamento ameniza sintomas emocionais como agressividade, irritação, ansiedade, tensão, crises de choro, desânimo, depressão, entre outros. Esta nova opção de tratamento também reduz sinais físicos como fadiga, dor de cabeça, alteração de apetite, sono, dor nas articulações e nos músculos.

O especialista Enrico Repetto, gerente de grupo médico da Medley, destaca que Dieloft TPM, é rapidamente absorvido pelo organismo. "Estudos mostram que o uso do medicamento somente na fase lútea tem a mesma eficácia quando comparado à utilização durante todos os dias do mês. Portanto, as pacientes terão os mesmos benefícios clínicos, mas com menor potencial de efeitos adversos", explica ele.

A iniciativa de colocar no mercado o Dieloft TPM permitiu que a Medley Indústria Farmacêutica entrasse com pedido de patente junto ao INPI pela idéia original.

## Mappel inaugura nova unidade na Grande São Paulo

A Mappel inaugurou um novo endereço na cidade de Diadema, Grande São Paulo. Com isso ela está ampliando a sua capacidade de produção e armazenamento de produtos cosméticos.

Nesta nova unidade, os clientes da empresa poderão contar com dois laboratórios. Um físico-químico, para análises de produtos e recebimento de materiais, e outro de Pesquisa & Desenvolvimento, com equipamentos de ponta e profissionais qualificados.

Com uma área de 890m<sup>2</sup> para fabricação de produtos e a mesma metragem para armazenamento, além de espaço para acomodação de 3 mil pallets, a nova unidade já conta com possibilidade de ampliação no futuro.

Esse empreendimento abrigará o projeto da companhia voltado à terceirização para o setor de cosméticos. Para o gerente industrial Eugênio Romano, a manufatura em regime de terceirização para os proprietários de marcas é uma alternativa extremamente viável, capaz de evitar investimentos da ordem de R\$ 2 milhões até R\$ 3 milhões em empreendimentos de 2 mil m<sup>2</sup>, para a produção de 100 mil peças/mês.

Os negócios no ramo da terceirização não são apenas convincentes sob a ótica do custo/benefício. As tecnologias planejadas para o novo empreendimento também são atrativas para quem pretende delegar a produção. "Nossa fábrica de Diadema será totalmente automatizada para assegurar aos clientes a repetibilidade necessária nos processos", afirma o gerente.

## Aché e Unicamp colhem frutos de parceria

O acordo assinado entre o Aché Laboratórios Farmacêuticos e a Unicamp está trazendo resultados melhores que o esperado.

Durante o XVI Congresso da Sociedade Brasileira de Diabete, realizado em Campinas, foi apresentado um medicamento desenvolvido pela equipe do Departamento de Clínica Médica da universidade, que ajuda a aumentar a produção de insulina e potencializar sua ação nos tecidos.

A novidade é que o período de testes, que era avaliado em cinco anos, deverá ser abreviado. Com isso o medicamento estará no mercado antes do previsto.

O contrato de licenciamento feito com a Aché prevê R\$ 2 milhões para os testes. A universidade ficará com *royalties* de 2,5% a 4% do lucro líquido da venda do medicamento, variando de acordo com o volume de vendas.

Esse remédio reduzirá custos para os pacientes, pois atualmente eles tomam um medicamento para a produção da insulina e outro para a ação nos tecidos.

## EMS reduz preço do Vazy®

O medicamento Vazy®, da EMS Sigma Pharma, teve seu preço reduzido em 30%. A partir de agora ele custa R\$ 31,55 (apresentação de 10mg) e R\$ 38,34 (apresentação de 15mg).

Com essa decisão, o produto passa a ser o medicamento mais acessível do mercado para o tratamento da obesidade.

Produzido com o principio ativo Sibutramina, uma das moléculas mais modernas para combater o excesso de peso, ele não causa nenhum tipo de dependência química e pode ser utilizado por um período ininterrupto de um ano ou mais.

## Legrand apresenta novo layout e lança novos produtos

O Legrand teve sua identidade visual reformulada para valorizar a marca e oferecer informações de forma clara e bem distribuída aos consumidores.

As novas embalagens dos segmentos de marca e genéricos têm um layout *clean*,

que transmite confiança e seriedade.

Dentro desse esforço de reforçar a identidade visual dois medicamentos do segmento genérico foram lançados.

O primeiro, o atenolol + clortalidona, é um anti-hipertensivo composto por duas substâncias que reduzem a pressão arterial. Uma age sobre o coração e a circulação, e a outra tem efeito diurético.

Já o valerato de betametasona + sulfato de gentamicina + tonaftatol + clioquinol é um antiinflamatório, antibiótico e antimicótico com preparação dermatológica tópica altamente eficaz no tratamento de numerosas doenças cutâneas.

### Legrand lança antidiabético oral

Chega ao mercado farmacêutico o Gliansor, antidiabético oral com o moderno princípio ativo glimepirida.

O medicamento é indicado para o tratamento de diabetes mellitus não insulino-dependente (diabetes tipo II), nos casos em que os níveis de glicose não podem ser adequadamente controlados com dieta alimentar, exercícios físicos e redução de peso.

Administrado em dose única diária, ele provoca menos efeitos colaterais do que alguns antidiabéticos orais da mesma classe.

### Fiocruz terá unidade em Brasília

No dia 14 de novembro foi lançada a pedra fundamental da nova unidade da Fiocruz na capital federal. Ela terá cerca de 8,8 mil metros quadrados de área construída, custará aproximadamente R\$ 24,5 milhões e deverá ser concluída em cerca de 30 meses.

A cerimônia contou com a presença do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, do reitor da UnB, Timothy Mulholland, e do presidente da Fiocruz, Paulo Buss.

A construção do prédio representa a consolidação da proposta do Núcleo Federal da Escola de Governo em Saúde, que tem por objetivo central capacitar gestores e

técnicos da saúde do nível federal, bem como o de profissionais dos demais poderes da União em sua interface com a saúde.

Durante a cerimônia, o ministro José Gomes Temporão ressaltou a importância do trabalho da Fiocruz nos campos da pesquisa biomédica, de produção de imunobiológicos, fármacos e no desenvolvimento de novos produtos, de preservação da memória da saúde pública e na área de ensino técnico e de pesquisa em saúde pública.

### Bio-Manguinhos promove encontro de produtores de vacinas

Bio-Manguinhos e Instituto Butantan organizaram o primeiro encontro da Rede de Produtores de Vacinas dos Países em Desenvolvimento (DCVMN, em inglês), sediado no Brasil.

O evento ocorreu entre os dias 11 e 14 de novembro, e colocou em discussão temas como o desenvolvimento de novas vacinas contra doenças negligenciadas e o barateamento das vacinas já existentes.

Dengue, gripe aviária, amarelo, pneumococo e papiloma vírus humano (HPV) foram os temas abordados pelos laboratórios brasileiros. Algumas dessas vacinas já começaram a ser produzidas em escala piloto e os ensaios clínicos são planejados para o ano que vem.

Entre os temas relacionados pelos especialistas estrangeiros estavam uma vacina sintética contra *Haemophilus influenzae* tipo b (Hib), ensaios clínicos de uma vacina inédita contra a hepatite E e uma vacina conjugada contra meningite A.

### Bio-Manguinhos no combate ao rotavírus

Bio-Manguinhos, juntamente com o Ministério da Saúde (MS) e a Fundação Butantan, assinou um protocolo de intenções para a produção nacional da vacina contra o rotavírus.

O Brasil foi o primeiro país do mundo a oferecer, desde março de 2006, a vaci-

na contra o rotavírus na rede pública. A inclusão dessa vacina no Programa Nacional de Imunização (PNI) buscou evitar cerca de 850 mortes entre crianças menores de 5 anos.

O Ministério da Saúde adotou uma estratégia diferenciada, que permite estimular a produção nacional da vacina contra rotavírus por meio de uma transferência de tecnologia e outra apoiando o desenvolvimento interno de rota alternativa.

### Incrementa representa país durante UK Nano Forum 2007

A Incrementa representou o país durante o UK Nano Forum 2007, realizado em Londres no mês de novembro. A delegação brasileira foi composta por três representantes convidados pelo governo britânico, entre eles Henry Suzuki, diretor técnico da Incrementa PD&I.

O evento apresentou os projetos desenvolvidos pelo Reino Unido na área de nanotecnologia e promoveu o intercâmbio de informações entre especialistas de diferentes nações, apontando para estudos que se encontram em andamento em setores mais pontuais como bionanotecnologia, nanomedicina, saúde, nanomateriais, nanofabricação e integração.

Para Henry Suzuki a utilização de nanotecnologia em produtos farmacêuticos para aplicação tópica é especialmente interessante. Num futuro próximo, a Incrementa PD&I deve colocar à disposição de consumidores de todo o país três novos medicamentos desenvolvidos com base nesses princípios, incluindo um nanoanestésico.

“Hoje, temos 30 projetos em andamento, sendo que alguns são decorrentes de estudos que desempenhamos sobre nanotecnologia. As parcerias com universidades e centros de tecnologia avançada do Brasil auxiliam também na descoberta de novos compostos. Agora, queremos ampliar fronteiras e buscar parceiros no exterior”, finaliza Henry Suzuki.

## FCC S.A. implanta o Programa de Inovação Tecnológica

Buscando excelência e inovação, a Fábrica Carioca de Catalisadores implantou o Programa FCC S.A. de Inovação Tecnológica (ProFIT). Lançado deste ano, o ProFIT tem sido adotado em projetos de licitações, reformulações de catalisadores e no desenvolvimento de novas plataformas tecnológicas.

Elaborado em parceria com o Cenpes, a metodologia do programa baseia-se no Stage-Gate™, um Sistema de Gestão da Inovação que visa à aceleração do lançamento de novos produtos, tecnologias e serviços, considerando todas as particularidades do processo.

A utilização do sistema surgiu da necessidade de estruturação do processo de priorização dos projetos de inovação. Em função da limitação de recursos, realidade cada vez mais presente nas empresas, existia uma forte necessidade de selecionar as idéias e projetos potenciais de uma forma clara e objetiva.

O sistema fez com que as decisões relativas aos projetos fossem tomadas a partir do envolvimento de todas as áreas direta ou indiretamente ligadas ao mesmo.

## FCC SA participa do Parque Tecnológico de Santa Cruz

A Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. é uma das organizações envolvidas na criação do Parque Tecnológico de Santa Cruz (PTSC).

Localizado no Distrito Industrial de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, o parque é voltado ao fomento da pesquisa e inovação tecnológica nos cenários empresarial e acadêmico do estado.

Trata-se de uma ação pioneira, destinada à pesquisa para a produção de

adsorventes, catalisadores heterogêneos e produtos intermediários voltados à indústria de química fina; além de serviços de apoio ao negócio. A missão desta iniciativa é promover o fortalecimento do setor de química fina ligado às cadeias produtivas do petróleo, petroquímica e gás natural.

O PTSC une a excelência tecnológica da Fábrica Carioca de Catalisadores, a larga experiência em pesquisas voltadas ao desenvolvimento tecnológico, inovação e implantação de novos negócios do Centro de Pesquisa da Petrobras (Cenpes); da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Sistema Firjan) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/RJ), além do conhecimento em gestão empresarial e implantação de parques tecnológicos da organização não-governamental Centro para Inovação e Competitividade (CIC).

O empreendimento contou, ainda, com aporte financeiro inicial da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), entidade ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

## Oxitenos premiada por seu volume de exportação

A Oxitenos recebeu o Prêmio Abiquim de Exportação, na categoria Clube dos Grandes Exportadores. Essa categoria reúne as empresas que exportaram mais de US\$ 100 milhões em um ano.

Entregue durante o 12º Encontro Anual da Indústria Química, o prêmio é destinado às empresas químicas que mais se destacaram na área de comércio exterior.

Esse prêmio veio em um momento em que a Oxitenos amplia sua presença no exterior. Em agosto desse ano, a Ultrapar Participações S.A. anunciou a aquisição das ações da Arch Química Andina, C.A. na Venezuela, subsidiária da americana Arch Chemicals, Inc.

Esta aquisição complementa o portfólio de produtos da Oxitenos e reforça

o compromisso da empresa com a região andina, que apresenta um potencial interessante de crescimento.

## Cristália lança novo medicamento no mercado

A Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda. disponibiliza no mercado um novo medicamento para disfunção erétil. O Helleva tem como princípio ativo uma nova molécula, o carbonato de lodenafila.

Fabricado no Brasil, sua produção não dependerá de importações.

O novo medicamento foi patenteado no Brasil e nos EUA, e teve sua licença concedida pela Anvisa no dia 22/10/2007.

## Produção nacional de PTA - Ácido Tereftálico Purificado

O projeto PetroquímicaSuape, resultado da união da Petroquímica com a Companhia Integrada Têxtil do Nordeste - Citene, objetiva a implantação pioneira no Brasil de uma unidade de produção de PTA - Ácido Tereftálico Purificado - no Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco. A planta vai atender à totalidade da demanda nacional de PTA destinada tanto à fabricação de embalagens PET, quanto à produção de poliéster, garantindo a sustentabilidade de mais de 200 mil empregos apenas no setor têxtil.

Porém, um acordo entre Brasil e o México reduziu a zero o Imposto de Importação do PTA proveniente desse país. Como consequência dessas importações incentivadas, o projeto PetroquímicaSuape poderá tornar-se inviável.

A ABIFINA tem atuado intensivamente junto aos ministros das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na luta pela reversão da situação ora existente, que permita a viabilização econômica do projeto PetroquímicaSuape

### **ABIFINA presente no lançamento do PAC Saúde**



O presidente da ABIFINA, Luiz Guedes, e o vice-presidente, Nelson Brasil, participaram, no dia 5 de dezembro, do lançamento do PAC Saúde.

A cerimônia foi realizada no Palácio do Planalto e contou com a presença do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, os presidentes do Senado, Tião Viana, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, e o ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

O programa cria uma nova política de saúde para o país, vinculando objetivos e metas. O Ministério da Saúde vai discutir e definir com estados e municípios a destinação desse dinheiro. Também vai estabelecer prêmios aos estados e municípios que atingirem os objetivos.

Um dos quatro pilares básicos do PAC é Desenvolvimento e Inovação em Saúde. A idéia é fortalecer a produção nacional em busca da auto-suficiência em medicamentos e insumos mediante a capacitação tecnológica dos nossos laboratórios. Para isso, o Mais Saúde prevê parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

### **ABIFINA articula o complexo produtivo da Saúde**



No dia 8 de novembro realizou-se em Brasília novo encontro, articulado pela ABIFINA, entre o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e os principais dirigentes da Alanac, Abiquif, Febrafarma, Abimo e da própria associação.

O objetivo foi dar continuidade ao debate da pauta de temas do interesse do complexo produtivo da saúde, entregue ao ministro no evento realizado em agosto, na Firjan.

Foram apresentadas diversas sugestões a respeito do marco regulatório do setor. O ministro e seus principais assessores, Reynaldo Guimarães, Paulo Henrique Melo e Carlos Gadelha, fizeram questão de ouvir, debater e registrar devidamente todas as questões.

O ponto chave deste encontro foi a criação de um fórum de interação direta do setor produtivo da área de saúde com o governo federal, representado pelo ministro da Saúde. Essa iniciativa expressa a posição do ministro de focar e acompanhar pessoalmente a implantação das providências definidas e aprovadas nesse âmbito.

### **Biotecnologia debate alvos estratégicos do setor**

O Fórum de Competitividade de Biotecnologia reuniu-se mais uma vez no final de outubro a fim de rever os parâmetros políticos do setor para os próximos anos.

Esta reunião colocou em pauta dois temas principais: Enzimas e Biopolímeros. A ABIFINA participou da reunião representada por seu vice-presidente, Marcos Oliveira, que teve participação direta no debate sobre Enzimas.

Os trabalhos dos subgrupos se focaram na definição de Alvos Estratégicos, aqueles considerados no âmbito empresarial com grande potencial de mercado num curto e médio prazos. O enfoque foi a diferenciação de produtos e a inovação para o desenvolvimento de um novo patamar de competitividade para a bioindústria brasileira, nacional e internacionalmente.

Marcos Oliveira defendeu a tese de que os objetivos atuais deveriam evoluir para temas mais próximos de objetivos industriais reais. Os editais deveriam privilegiar projetos mais próximos do mercado, sendo essencial a priorização dos problemas de mudança de escala, da bancada para piloto e então para semicomercial. Com o apoio da Abiquim, da Petrobras, do CTE e de segmentos da academia essas idéias foram acolhidas e os objetivos atuais revisados.

As decisões do Fórum serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Biotecnologia e deverão nortear o trabalho dos Comitês Gestores dos Fundos e a preparação dos editais da Finep e do CNPq.

## Anvisa promove curso em São Paulo



A Anvisa realizou, no período de 5 a 9 de novembro, em São Paulo, o curso “Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos – BPF”.

A gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia, participou do evento que foi aberto com a realização de uma mesa-redonda, da qual participaram representantes da indústria e do governo. O tema debatido foi “Diagnóstico, Importância e Propostas para o Desenvolvimento da Indústria de Insumos no Brasil”.

Contando com palestrantes nacionais e estrangeiros o curso abordou grande diversidade de temas como: “Drug Master File”, “Análise de Risco”, “Validação de Processo”, “Estudos de Estabilidade”, “Validação de Limpeza”, “Investigação de Desvios” e “Controle de Mudanças”.

O curso teve apoio da Abiquif e da Cristália, associada da ABIFINA.

## Comitê Farmoquímico se reúne com a Anvisa

A ABIFINA realizou no final de novembro a última reunião do ano do Comitê Farmoquímico. O encontro contou com a presença de Rosimeire Cruz, técnica da Anvisa, coordenadora de cursos da Agência.

Entre os temas relacionados estavam os cursos e treinamentos sobre matéria regulatória realizados pela Anvisa, pendências na área do regulatório farmoquímico, coleta de novas sugestões para a Anvisa, diversificação da produção farmoquímica no Brasil e relato/comentários sobre atividades da ABIFINA junto ao Ministério da Saúde – em especial no âmbito ministerial.

## Laboratórios privados em destaque

O vice-presidente do setor farmacêutico da ABIFINA, Dante Alario Junior, realizou palestra no Centro de Estudos de Farmanguinhos.

O evento ocorreu no dia 21 de novembro e o tema escolhido foi “O Papel dos Laboratórios Privados no Mercado Farmacêutico Brasileiro”, devido à grande relevância para o setor.

Também esteve presente no evento o vice-presidente da associação, Marcos Oliveira.

## INPI e UKIPO mais próximos

**INPI** INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

No dia 23 de novembro foi realizado, no INPI, o “Ciclo de Estudos em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Brasil-Reino Unido”. O tema central do encontro foi “Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento do Uso e Proteção dos Conhecimentos Tradicionais à Biotecnologia”.

O vice-presidente da ABIFINA, Marcos Oliveira, e a gerente técnica, Diva Arrepia, participaram do encontro, cuja mesa de abertura marcou a assinatura do memorando de entendimentos entre o INPI e o Escritório de Propriedade Intelectual do Reino Unido (UKIPO) que irá garantir a sustentabilidade ao projeto de aproximação entre os dois institutos.

O evento também contou com palestra do especialista em propriedade intelectual, Graham Dutfield, renomado professor da Universidade de Leeds (Reino Unido). Ele apresentou uma visão geral sobre o assunto e manifestou seu ponto de vista sobre a dificuldade de estabelecimento de regras e leis nessa área.

Entre as participações brasileiras estava a dra. Maria Hercília Fontes, pesquisadora do INPI, que abordou os aspectos legais considerados pelo Brasil nessa área, ressaltando a necessidade de repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos dos recursos genéticos brasileiros.

## Curso de PI em São Paulo encerra as atividades de 2007

A ABIFINA realizou o último curso sobre “Informação Básica em Propriedade Intelectual” deste ano. A etapa de encerramento foi realizada em São Paulo nos dias 4, 5, 11 e 12 de dezembro, e contou com o apoio financeiro do MCT e institucional do CIPI-qf e da UNIFESP.

O curso em São Paulo contou expressivamente com a participação da indústria e com alguns representantes da UNIFESP. A ABIFINA espera poder dar continuidade a essa atividade no ano de 2008.

## **Encontro debate registro de agrotóxicos no Brasil**

O Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos – CTA – promoveu duas reuniões na sede do IBAMA para debater o registro de produtos agrotóxicos no país. O presidente da ABIFINA, Luiz Guedes, acompanhado da gerente técnica da entidade, Diva Arrepia, e do diretor de registro e regulamentação da associada Cheminova, Arnaldo Massariol, representaram a entidade no evento.

No primeiro encontro, foi apresentado o balanço de um ano de implementação da força tarefa criada pela Casa Civil, coordenada por Tereza Campelo, para resolver ou, pelo menos, minimizar os problemas existentes em relação ao registro de agrotóxicos no Brasil. Estavam presentes representantes do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente, da Anvisa, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Casa Civil, além de representantes das entidades de classe ABIFINA, Andef e Sindag e das empresas do setor.

Mais tarde, sem a presença da Casa Civil, mas com os demais participantes foram apresentados os problemas detectados, que geram exigências, nas diversas modalidades de registro pelo Ibama, Mapa e Anvisa. Ao final, a ABIFINA, Andef e Sindag entregaram um documento à Casa Civil, ao Ibama, ao Mapa e à Anvisa avaliando o atual estágio do registro agroquímico.

## **CIPI-qq em encontro de química**

O XI Encontro da Sociedade Brasileira de Química – Regional Rio de Janeiro, contou com participação do CIPI-qq, representado pela colaboradora Eliane Silva. O evento aconteceu entre 29 e 31 de outubro, na Universidade Federal Fluminense. Eliane apresentou o pôster intitulado “Atividade de Patenteamento das Universidades Brasileiras”, de sua autoria juntamente com Marília Costa, Mônica Ventero, Diva Arrepia e Marcos Henrique Oliveira.

## **ABIFINA participa de oficina de farmoquímicos**

O vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, participou da I Oficina Técnica de Farmoquímicos – Contexto Produtivo e Tecnológico Nacional e Diretrizes para o Fomento.

O objetivo do encontro foi analisar perspectivas das instituições de saúde, ciência e tecnologia e da indústria farmoquímica nacional.

Essa análise foi baseada em um diagnóstico técnico feito por equipe da Farmanguinhos e decorreu de visitas feitas a 23 indústrias selecionadas por apresentarem alguma capacitação industrial na área de síntese de fármacos.

## **ABIFINA presente no lançamento do Plano de C,T&I**



O presidente Lula lançou o Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O evento ocorreu no dia 20 de novembro, no Palácio do Planalto, em Brasília, e contou com a presença de vários ministros e autoridades, entre elas, o presidente da ABIFINA, Luiz Guedes.

O plano apresentado destina R\$ 41 bilhões para serem gastos nessa área nos próximos três anos, tendo por meta atingir-se, em 2010, um dispêndio em C&T da ordem de 1,5% do PIB.

Os quatro eixos centrais do plano são: Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I; a Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas; a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas, e a Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.

Ao incorporar às suas metas a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), o plano incentiva a inovação tecnológica nas cadeias produtivas, por meio de ações executadas em articulação com órgãos e instituições do governo e entidades parceiras dos setores público e privado.

## **ABIFINA debate PAC de Inovação Tecnológica**



O Conselho Administrativo da ABIFINA reuniu-se pela última vez este ano para debater o PAC de Inovação Tecnológica, recentemente lançado pelo presidente da República.

O diretor-geral da Protec, Roberto Nicolsky, e o novo secretário de Tecnologia Industrial do MDIC, Francelino Grando, fizeram apresentações que tiveram grande repercussão entre os presentes.

Aproveitando a ocasião o presidente da ABIFINA, Luiz Guedes, relatou as principais atividades da associação este ano e inaugurou o novo espaço de reuniões criado para o corpo social da entidade.

Foi realizado um coquetel para comemorar mais essa conquista.

## **ABIFINA participa de reunião do CTIA**

No dia 3 de dezembro, em Brasília, foi realizada a 29ª Reunião Ordinária do CTIA. A ABIFINA esteve presente representada por Luiz Guedes, presidente da associação.

Um dos temas abordados foi o financiamento de recebíveis do agronegócio. Após um ano de negociações os bancos operadores estão aprovando o número de produtores que deverão absorver R\$ 1 milhão de um total de R\$ 2,7 milhões em investimentos. Essa seleção representa aproximadamente 1/3 da demanda inicial. Acredita-se que, se o prazo para aprovação das operações não for prorrogado por três meses, nenhuma operação será concretizada.

Outro tema abordado, há muito discutido, foi Minor crops. Atualmente é possível ver alguns esforços que possam levar a uma solução. Isso dependerá fundamentalmente de recursos públicos para a realização dos testes necessários para a inclusão desses tipos de culturas nos rótulos e bulas dos produtos atualmente comercializados.

## **BNDES apresenta novo Profarma**



A Febrapharma promoveu evento para ouvir do BNDES as modificações que estará introduzindo na segunda fase do programa Profarma. A ABIFINA esteve presente, representada por Marcelo Castro, da Nortec Química.

A idéia central agora é aumentar a produção local, de forma competitiva, de princípios ativos e medicamentos, além de estimular a inovação.

Segundo Pedro Palmeira, chefe do Departamento de Produtos Intermediários, Químicos e Farmacêuticos do BNDES, a linha de financiamento do banco destinada a fortalecer o complexo industrial da saúde tem uma dotação inicial de R\$ 3 bilhões até 2012, com ênfase no apoio à inovação, para a qual foi reservada verba de R\$ 1,5 bilhão.

As modificações feitas pelo banco estão alinhadas com a política industrial do governo, representando um avanço na competitividade das empresas da cadeia farmacêutica no país.

## **Encontro debate comércio exterior**

O 27º Encontro Nacional do Comércio Exterior foi realizado em novembro, no Rio de Janeiro, e contou com a analista de comércio exterior, Noemy Padilha, representando a ABIFINA.

O tema do evento foi a "Avaliação Política do Comércio Exterior Brasileiro – Uma Política de Exportação em Conjuntura de Crise Internacional".

O objetivo foi propor uma avaliação política do comércio exterior brasileiro, buscando refletir sobre a necessidade de política de exportação em conjuntura de crise internacional, bem como de modernização da atual política.

## **Encontro destaca setor químico**

O vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, participou do 12º Encontro Anual da Indústria Química, promovido pela Abiquim.

O evento, que ocorreu no dia 7 de dezembro, demonstrou que a indústria química brasileira deverá alcançar um faturamento líquido de R\$ 174,3 bilhões, com crescimento de 1,7% em relação a 2005. Em dólares, o faturamento, estimado em US\$ 80 bilhões, deverá crescer 11,7% no ano. As importações brasileiras de produtos químicos vão superar o valor de US\$ 17 bilhões e as exportações crescerão para US\$ 8,7 bilhões, segundo as estimativas da Abiquim.

Outro fato a ser destacado foi a associada Oxiteno conquistar o Prêmio Abiquim de Exportação, na categoria Clube dos Grandes Exportadores.

## **ABIFINA participa de encontro no Sindag**



O presidente da ABIFINA, Luiz Guedes, representou a entidade em reunião realizada no dia 23 de outubro, no Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag).

A adequação das normas sobre cinco bateladas, em que as entidades (ABIFINA, Sindag e Andef) deverão apresentar uma posição única sobre o tema, foi um dos destaques do encontro.

Foram discutidos também alguns aspectos normativos e a necessidade de flexibilizar as exigências sobre cadastro de entidades que efetivarão testes de eficácia agrônoma e de resíduo.

## Relação Brasil-Argentina em debate

O Seminário Bilateral de Comércio Exterior e Investimentos Brasil-Argentina foi realizado no dia 3 de dezembro, na sede da CNC-RJ e contou com a participação da ABIFINA representada pela analista de comércio exterior, Noemy Padilha.

Promovido pela Federação das Câmaras de Comércio Exterior – FCCE, o seminário contou com a presença do ministro Encarregado de Negócios da Argentina, Agustín Molina Arambarri. Ele observou que o Brasil tem caminhado rumo ao auto-abastecimento inclusive em setores em que era importador da Argentina, reclamou das medidas não-tarifárias impostas pelo Brasil e que prejudicam as exportações argentinas, como o registro de produtos agroquímicos e aplicação de direitos anti-dumping.

Agustín concluiu sua participação afirmando que Brasil e Argentina podem produzir notáveis melhorias qualitativas e quantitativas nas relações comerciais, lembrando que relações comerciais são também relações políticas. Segundo ele, juntos, os dois países, podem trabalhar pelo lucro, pelo desenvolvimento e pelo bem-estar de seus povos.

Também participaram do evento o ex-diretor do Banco Central, Carlos Thadeu de Freitas Gomes, atual chefe do Departamento Econômico da CNC, o representante do Banco de la Nación Argentina – BNA, José Iglesias, além de representantes do BNDES.

## ABIFINA participa do I ENIFarMed



A ABIFINA, representada pelo seu vice-presidente, Nelson Brasil, participou do I Encontro Nacional de Inovação em Fármacos e Medicamentos, no painel “Compras e Encomendas Governamentais”.

No evento, a entidade voltou a sugerir a implementação de medidas efetivas para o aproveitamento do poder de compra do Estado no desenvolvimento do setor de fármacos no Brasil.

Nelson Brasil defendeu a adoção de concepções mais simples nesse sentido, como a disciplina no uso da isonomia nas propostas de licitações: “A isonomia tributária e de qualidade pode ser definida e harmonizada por portaria institucional sem haver necessidade de modificar ou aprovar qualquer lei.”

Segundo ele, a harmonização dos critérios para a comparação de propostas na licitação, com vistas a atender o interesse público expresso pela inovação tecnológica e industrial nas empresas, é tarefa que pode ser tratada rapidamente por instrumentos ágeis do Poder Executivo.

## Saúde Humana em pauta

A ABIFINA, representada por Marcio Falci, da BIOLAB SANUS, participou de dois eventos que debateram o eixo Saúde Humana.

O seminário de apresentação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia (PDB) aos membros do COMSAUDE da FIESP e convidados interessados ocorreu no início de novembro e teve como objetivo estabelecer subgrupos de trabalho que deverão elaborar as demandas do setor industrial para levá-las ao Comitê Nacional de Biotecnologia.

A coordenadora do GT Saúde Humana e Diretora do Departamento de Economia da Saúde do Ministério da Saúde, Adriana Dieféria, fez breve apresentação das atividades do Fórum de Competitividade de Biotecnologia e do papel do Comitê Nacional de Biotecnologia.

Ela deixou claro que os objetivos do Comitê atualmente são definir as prioridades a serem estabelecidas pelos GT com relação aos alvos estratégicos, e estruturar o planejamento executivo construindo os marcos lógicos para o GT de Saúde Humana. Este último se faz necessário para inclusão dos projetos que irão fazer parte do Plano Plurianual que será elaborado em 2008 e será válido pelos próximos quatro anos.

Ao final do evento concluiu-se que os subgrupos de trabalho deveriam ser relacionados aos eixos estruturantes da política, totalizando quatro. São eles: Investimentos, Marcos Regulatórios, Infra-estrutura e Recursos Humanos. Outro acerto feito foi a indicação pela ABIFINA de membros que integrarão os referidos subgrupos do GT Saúde Humana, representando a associação.

Já nos dias 21 e 22 de novembro foi realizada oficina para construção do marco lógico da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.

Marcio Falci fez parte do subgrupo “Marcos Regulatórios” cuja primeira missão foi apreender o sentido de cada um dos objetivos listados para as ações estruturantes. Nesse ponto, a determinação do foco a ser trabalhado e a apuração da visão do grupo tornaram-se essenciais para a previsão de ações factíveis e viáveis de implantação da PDB, assim como para a elaboração de indicadores sensíveis de monitoramento e avaliação.

## Recesso ABIFINA

A associação entrará em recesso a partir do dia 21 de dezembro retomando as atividades em 2 de janeiro de 2008.

A ABIFINA deseja a todos os leitores da Facto um feliz Natal e um próspero Ano Novo.

# ABIFINA comenta a notícia

## BNDES quer criar grande grupo no setor farmacêutico

O Estado de São Paulo,  
6/11/07



## Para ser global

O BNDES anunciou que irá apoiar a criação de uma multinacional brasileira no setor farmacêutico. A idéia é reunir dois ou três laboratórios nacionais com faturamento anual conjunto de US\$ 2 bi, que aplicariam 5% desse valor em pesquisa e desenvolvimento. O modelo parece adequado e pode contribuir para a recuperação da indústria nacional de fármacos e medicamentos, desde que não seja excludente. Na verdade, mais importante do que um modelo inspirado nas grandes corporações globais é o apoio efetivo à integração da cadeia produtiva, que também poderá se viabilizar por acordos, contratos de parceria público/privada, cooperativas ou outras formas associativas, sem necessariamente passar por processos de fusão empresarial. O modelo italiano de Modena, assentado no trabalho cooperado entre micro e pequenas empresas altamente competitivas, inclusive na farmoquímica, pode constituir um exemplo tão válido e comercialmente eficaz quanto o da multinacional brasileira.

## Governo rechaça idéia de taxar as exportações

Folha de São Paulo,  
23/11/07



## Contra-senso

Felizmente, é unânime no governo brasileiro a rejeição à proposta argentina de se taxar exportações de commodities a pretexto de manter o Mercosul abastecido. Não faz o menor sentido para o Brasil criar outros ônus sobre suas exportações além da já pesada carga tributária, do real apreciado e dos juros altos. A nenhum país avançado do mundo ocorreria tal idéia absurda. O verdadeiro motivo da proposta é que a indústria argentina está sem perspectivas de recuperação a curto prazo. A tarifa de exportação representaria, nesse contexto, a criação de mais uma barreira comercial, entre outras já instituídas pelo país vizinho, ao único país do Mercosul que realmente exporta

produtos industriais: o Brasil. É compreensível, mas de forma nenhuma aceitável da nossa parte. Caso a Argentina opte por erguer mais esta barreira, em caráter unilateral, o que sobrarão do Mercosul afinal?

## Projeto prevê criação da CIDE da biodiversidade

Agência Estado,  
23/11/07



## Fora de foco

A idéia do Ministério do Meio Ambiente de criar mais esta contribuição compulsória, a pretexto de distribuir os benefícios da tecnologia desenvolvida com base na nossa biodiversidade, deve ser submetida a um rigoroso crivo da sociedade, por duas razões: 1) a CIDE é um instrumento desacreditado, na medida em que tem servido unicamente para suplementar os cofres públicos em sua ânsia arrecadatória, e 2) o manejo da biodiversidade brasileira, notadamente na Amazônia, está monopolizado, na prática, por empresas estrangeiras. A CIDE criada para a inovação tecnológica vem sendo fortemente contingenciada – há R\$ 5 bilhões retidos que não mais irão reverter para a economia produtiva. No que diz respeito à Amazônia, onde se concentra a maior reserva da biodiversidade brasileira, a prioridade deve ser a manutenção da soberania nacional, hoje claramente ameaçada. Uma vez equacionado esse problema, aí sim será preciso cuidar da sustentabilidade ambiental através de um aproveitamento econômico responsável, que privilegie a produção nacional.

## Brasil e Argentina planejam "desdolarização" para 2008

O Estado de São Paulo,  
20/11/07



## Devagar com o andor...

A eliminação do dólar como moeda de transação comercial entre Brasil e Argentina, decidida em comum acordo pelos dois

governos como forma de reduzir custos e desburocratizar o comércio, embora seja justificável implica alguns riscos. O real valorizado tornará o produto argentino mais competitivo em relação ao brasileiro, mas não é só isto: a moeda deste nosso parceiro sofre de um alto índice de inflação, e para o exportador brasileiro faturar em pesos argentinos pode ser uma complicação extra. Mesmo se admitindo que a desdolarização poderá contribuir para uma sensível elevação do comércio no Mercosul, para garantir a estabilidade dessas transações e das relações entre Brasil e Argentina será necessário estabelecer um marco legal que defina com muito cuidado as regras financeiras e monetárias para esse novo cenário.

### *Bush deve vetar lei agrícola que viola as regras comerciais*

DCI,  
7/11/07



### **Irresponsabilidade**

A inconseqüente decisão do comitê de agricultura do Senado norte-americano de aprovar um pacote bilionário de subsídios para produtores despertou, desta vez, indignação no próprio governo. “A proposta é uma piada sobre o processo orçamentário. Simplesmente o Congresso não está sendo honesto sobre os verdadeiros custos desse tipo de iniciativa”, disse o secretário da Agricultura, acrescentando que o presidente George Bush deverá vetar o pacote. A “generosidade” do Congresso norte-americano no uso dos recursos públicos nesse caso é muito parecida com a do Congresso brasileiro, que aprova orçamentos com critérios estritamente políticos, sem demonstrar a menor preocupação com as fontes de tais recursos, e depois posa de austero propondo o corte de fontes de financiamento para setores essenciais, como, recentemente, no caso da CPMF. Isso mostra que o sistema de representação política tem que ser repensado no país. Quem aprova um orçamento deve ter responsabilidade também pela sua execução.

### *Doha faz seis anos e não há nada a comemorar*

Valor Econômico,  
16/11/07



### **Pingos nos “i”**

Em lúcida reportagem sobre o sexto aniversário de Doha, o Valor mostrou que a mistificação dos países de Primeiro Mundo

acerca das razões do fracasso dessa rodada de negociações para o comércio multilateral já não engana mais ninguém. “As boas intenções tropeçaram no arraigado protecionismo da União Européia e dos Estados Unidos”, afirma o jornal, acentuando em seguida: “o objetivo principal de Doha, que era limpar o terreno agrícola da escandalosa proteção dada pelos países ricos à produção e exportação, não foi atingido, embora em seis anos as propostas, arrancadas sob intensa pressão do G-20, capitaneado pelo Brasil, tenham inegavelmente melhorado. Elas, entretanto, ainda estão a bom caminho de serem aceitáveis, ou justas”. Os países desenvolvidos continuam subsidiando fortemente suas produções agrícolas, prometendo, como sempre, abrir mão dessa prática “no futuro”. Eles não honraram os compromissos assumidos no início da rodada e, agora, não será a fria negociação de termos comerciais que irá desemperrar Doha. Para reverter a quebra de confiança, será preciso uma demonstração inequívoca e incondicional do Primeiro Mundo de que está disposto a deixar os países mais frágeis crescer. Por enquanto, a ganância tem prevalecido.

### *Países adiam plano de acesso a medicamentos para 2008*

O Estado de São Paulo,  
11/11/07



### **Sem acordo**

Antes nenhum acordo do que um mau acordo. Cientes dos riscos para seus programas sociais que poderiam advir da proposta da OMS apresentada na ONU para um plano internacional de acesso a medicamentos, inteiramente favorável aos interesses dos laboratórios transnacionais, um grupo de países emergentes bancaram o impasse e provocaram o adiamento dessa discussão para 2008. O Brasil chegou a propor um texto alternativo, postulando o fim de cláusulas de patentes em acordos bilaterais, mais flexibilidade para a produção de medicamentos genéricos e criação de mecanismos para financiar a produção de remédios contra doenças negligenciadas, mas foi boicotado pelos norte-americanos. O sistema de patentes é e deve continuar sendo regido pelas normas construídas no âmbito da OMC. Valer-se de acordos bilaterais de comércio para enrijecer o sistema patentário em benefício de suas próprias economias é a estratégia dos países desenvolvidos, em especial dos Estados Unidos. A forte oposição do Brasil a essa prática, onde o mais forte se aproveita da debilidade do mais fraco para impor normas que impedirão ou inviabilizarão o desenvolvimento autônomo, é uma atitude digna de aplauso.

# O risco na análise de valores agregados

Nelson Brasil de Oliveira  
Vice-presidente da ABIFINA



Nelson Brasil de Oliveira aborda a metodologia usada, pela mídia e por órgãos competentes, na análise dos dados estatísticos

O folclore divulga uma historietta referente a um cidadão que não sabia nadar e, por isso, afogou-se ao atravessar a pé um riacho cuja profundidade média lhe fora informado ser de cinquenta centímetros.

Assim, também, no quotidiano são publicadas análises descabidas por erro de interpretação de dados estatísticos e, o que é bem pior, importantes decisões têm sido adotadas por entes públicos equivocadamente embasadas em valores agregados que são divulgados por organismos competentes, mas que não são adequadamente examinados e entendidos no seu real significado e, em decorrência, não são corretamente aplicados por outros agentes econômicos.

Nesse cenário é lícito se destacar as estatísticas referentes às correntes de

comércio externo que, no caso brasileiro, são corretamente calculadas e divulgadas pela competente Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

As referidas estatísticas, no caso das exportações, são divididas em três grupos:

- **Produtos básicos:** são os produtos agrícolas e minerais. A título ilustrativo, a folha de tabaco é um produto básico que dá origem ao cigarro (manufaturado).
- **Semimanufaturados:** são os produtos com certo grau de transformação, como óleo de soja, ferro liga e ouro – mas que não

chegam a atingir um nível de agregação industrial mais elaborada.

- **Manufaturados:** são os produtos industrializados com maior grau de agregação de valor, aí incluídos gasolina, álcool e açúcar refinado.

No caso das importações, são classificadas em:

- **Bens de capital:** são máquinas, equipamentos e seus acessórios.
- **Bens de consumo (duráveis e não-duráveis):** são as mercadorias colocadas no mercado para venda direta ao consumidor, como computador (bem durável) e medicamento (bem não-durável).
- **Matérias-primas e produtos intermediários:** são os produtos intermediários destinados à indústria, como a químico-farmacêutica (princípios ativos).

Verifica-se assim, nitidamente, que os critérios de classificação de mercadorias nos dois grupamentos são completamente distintos. No primeiro caso são baseados no grau de agregação de valor e, no

*(...) não são válidas quaisquer correlações entre esses dois grupos, na forma que comumente são apresentadas em análises do desempenho das correntes de comércio.*

*Hoje já se percebe nitidamente a ocorrência de um processo de desindustrialização do país, em grande parte decorrente do pouco caso atribuído aos produtos intermediários de grandes cadeias produtivas, em especial na área química.*

segundo caso, os produtos são tipificados por aplicação, desconsiderando-se as agregações de valor que representam. Assim sendo, não são válidas quaisquer correlações entre esses dois grupos, na forma que comumente são apresentadas em análises do desempenho das correntes de comércio. Nessas análises são destacadas, como deveras importantes, as incrementais agregações de valor em produtos exportados, tratando as importações ocorridas como justas e adequadas, por serem dedicadas às matérias-primas e bens de capital, componentes básicos do processo de industrialização do país.

Para ilustrar o equívoco contido no conceito acima apresentado, basta examinar-se o significado econômico das importações de princípios ativos para a química fina. Tais importações são classificadas como matérias-primas a despeito do elevadíssimo valor unitário por elas apresentado, decorrente da complexidade tecnológica de seus processos de fabricação – cinco a dez etapas de síntese química em reatores de aço vitrificado, em condições severas de temperatura e pressão, o que requer rica qualificação em recursos humanos e elevados investimentos fixos.

Do déficit total de US\$ 8,4 bilhões apresentado pelo setor químico em 2006, o elevado montante de US\$ 3 bilhões referia-se exclusivamente aos princípios ativos para a química fina, os quais são visualizados por macroecono-

mistas como matérias-primas com significado econômico equivalente às folhas de tabaco que fazem parte do conjunto de produtos básicos no grupamento de exportações.

Entre os manufaturados do grupamento exportador destacam-se o álcool etílico, a gasolina e o açúcar refinado que representam elevados volumes exportados, mas não agregam valor como os princípios ativos da química fina. Além disso, comparando-se tais pautas produtivas, evidentemente é muito mais importante para o país, do ponto de vista estratégico, como elemento propulsor do desenvolvimento industrial e social do país, a fabricação local de princípios ativos para a química fina, até mesmo como fator determinante para o exercício de uma soberana política desenvolvimentista.

Traduzindo em valores, o Brasil exportou, em 2006, cerca de 2,5 milhões de toneladas de álcool etílico para fins carburantes ao preço médio de US\$ 0,53/kg, cerca de 2,2 milhões de toneladas de gasolina ao preço médio de US\$ 0,65/kg e em torno de 10,3 milhões de toneladas de açúcar de cana bruto ao preço médio de US\$ 0,25/kg, totalizando o montante de US\$ 5,32 bilhões apurados pelo país com exportações totais dos três produtos manufaturados, no período.

Ao mesmo tempo, em 2006, o Brasil importou aproximadamente 502 mil toneladas de princípios ativos para a indústria farmacêutica, no valor total de US\$ 3,07 bilhões, o que determina um preço médio de US\$ 6,12/kg. Tal preço médio de princípios ativos representa 12 vezes o preço médio do álcool, 9 vezes o preço médio da gasolina e 24 vezes o preço do açúcar exportado. Em outras palavras, o país gastou em 2006, com a importação de princípios

ativos farmoquímicos, 58% do total apurado com as vendas externas de três relevantes itens de sua pauta exportadora (álcool, gasolina e açúcar), embora o volume total, em quilogramas, dos farmoquímicos importados tenha sido 30 vezes inferior ao volume exportado dos três produtos.

Há que se lembrar, ainda, que entre os princípios ativos que o Brasil importa figuram produtos cujo preço médio supera US\$ 300 mil/kg, sendo que a maior parte desses itens importados apresenta um preço médio superior a US\$ 13 mil/kg.

A leitura equivocada de dados estatísticos pode, portanto, induzir formulação inadequada de políticas públicas, ao privilegiar o volume de fluxos comerciais, sem levar em conta o significado estratégico de produtos com elevado valor agregado, alta densidade tecnológica e reconhecida expressão para o desenvolvimento econômico e social do país. Hoje já se percebe nitidamente a ocorrência de um processo de desindustrialização do país, em grande parte decorrente do pouco caso atribuído aos produtos intermediários de grandes cadeias produtivas, em especial na área química.

Fatos como esses costumam a aparecer, não são examinados em matérias jornalísticas e, quando surgem, já foi produzido um estrago enorme na economia do país. Como não se trata de simples maquiagem de dados, entendemos que é preferível alterar a metodologia estatística empregada em tais aferições econômicas pelo uso do mesmo critério de agregação de valor nas duas correntes de comércio do que corrigir sistematicamente análises feitas com embasamento equivocado, tal é a difusão e a repercussão dessas matérias.

*(...) são publicadas análises descabidas por erro de interpretação de dados estatísticos e, o que é bem pior, importantes decisões têm sido adotadas por entes públicos equivocadamente embasadas em valores agregados que são divulgados por organismos competentes (...)*



**Unir forças  
é o princípio.**

**Com a ALANAC,  
sua empresa fica mais forte.**

**Com sua empresa,  
a ALANAC fica mais forte.**

**alanac** associação dos laboratórios  
farmacêuticos nacionais  
nacional, brasileira

## Soluções mais perto de você.

Com produção de álcoois graxos, ácidos graxos e glicerina, a nova Unidade Oleoquímica é um investimento da Oxiteno que traz uma série de vantagens para o setor.

Você vai poder contar com disponibilidade local de matérias-primas e maior flexibilidade logística, o que permitirá ganhos de competitividade para seus negócios.

Com a nova linha de produtos oleoquímicos, a Oxiteno passa a oferecer soluções ainda mais completas para os mercados de cosméticos, detergentes, farmacêuticos, entre outros.

Nova linha de produtos oleoquímicos - Unidade de Camaçari (BA)

### **Linha Alkonat**

- Álcool laurílico
- Álcool cetó-estearílico
- Álcool cetílico
- Álcool estearílico

### **Linha Glicenat**

- Glicerina 99,7% USP vegetal

### **Linha Ultracide**

- Ácido cáprico-caprílico



Compromisso com a evolução